

Inclusão social em bibliotecas públicas

UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DO DESENHO UNIVERSAL

NATHÁLIA DEPIERI DESTRO



NATHÁLIA DEPIERI DESTRO

Inclusão Social em Bibliotecas Públicas

Uma abordagem sob a ótica do Desenho Universal

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – FCT UNESP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientadora: Prof^a Dra. Arlete Maria Francisco

PRESIDENTE PRUDENTE

2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sergio e Luciane e ao meu irmão Leonardo, pela prestatividade nas mais diversas situações. Nunca poderei agradecer o suficiente por todo o amor incondicional, a paciência e a forma inacreditavelmente doce como me apoiaram nesses últimos anos.

Aos meus avós maternos, professor Lauro e dona Nelsília, por terem sido os primeiros a me lembrar o quanto barreiras intelectuais nada têm a ver com barreiras físicas. Sem saberem, inspiraram minhas primeiras pesquisas sobre o *design universal*, conceito que me empenharei em levar por toda a minha carreira.

Às professoras Cristina e Arlete, por toda a paciência, disposição e base que me deram na realização deste Trabalho Final de Graduação.

À professora Lica, por me receber na Coordenadoria da Pessoa com Deficiência de Presidente Prudente, visita extremamente gratificante e esclarecedora.

Pelos meus amigos Matheus e Caio, por compreenderem a importância da minha dedicação e por todo o apoio afetivo que me deram durante esses meses em que precisei me ausentar, situações onde nossa amizade só fortaleceu.

A meu amado Mateus Rugai Salle que há um ano faleceu de forma tão inesperada. Deixo-lhe uma singela homenagem neste trabalho, uma vez que só Deus sabe o quão desafiador foi realizá-lo frente à sua perda. Independente de onde e como estiver, que essas palavras lhe achem, pois não há um dia sequer que meu carinho não te encontre em pensamentos. Até que eu possa lhe abraçar novamente, fique com Deus, meu anjo querido.

Por fim, à Deus por me mostrar a cada dia que o Teu tempo jamais falha, que sempre podemos florescer e encontrar forças na própria intensidade de nossas falhas e dores.

RESUMO

O acesso à informação é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1998. Esse acesso deve ser compreendido em todas as esferas de autonomia do cidadão, da física à social, o que reforça a importância de se obter a igualdade de oportunidade e envolvimento pleno de todos os indivíduos.

Referente à disposição de meios informativos na sociedade contemporânea, temos a figura da biblioteca pública, que se trata de um local físico ou virtual com o propósito de reunir conhecimento que possa ser consultado, ele seja impresso, em VHS ou digital. Esta redefinição coloca a biblioteca pública num patamar fundamental quando o assunto é direito à informação. A questão levantada é se tal espaço é seriamente concebido para garantir esse direito de forma digna a todos os cidadãos, em diferentes escalas e sem quaisquer discriminações, seja relativo à capacidade de manuseio de equipamentos ou à própria localização da biblioteca.

Esta pesquisa visa compreender essas questões de acessibilidade e buscar soluções que trabalhem o direito à informação ao nível de autonomia proposto pelo conceito de Desenho Universal. A análise deve culminar na conclusão propositiva de uma rede modelo de bibliotecas públicas, sendo esta aplicada dentro do contexto urbano-social da cidade de Presidente Prudente.

Palavras-chave: Direito à informação. Biblioteca pública. Inclusão social. Desenho universal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A BIBLIOTECA E SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	11
2.1. Biblioteca pública: direito assegurado à informação	12
2.2. A biblioteca pública brasileira: realidade e desafios	14
2.3. Biblioteca contemporânea e suas diretrizes	15
3. SOBRE ACESSIBILIDADE E AS DEFINIÇÕES DE DEFICIÊNCIA	19
3.1. O desenho universal.....	21
3.2. Sobre a aplicação do desenho universal em bibliotecas.....	24
4. CONTEXTUALIZANDO PRESIDENTE PRUDENTE.....	25
4.1. Dados populacionais e uma análise de exclusão	26
4.2. Bibliotecas públicas de Presidente Prudente: análise social e espacial.....	31
5. PROPOSTA DE REDE	36
5.1. Projetos referenciais para elaboração da rede	38
5.1.1. Residência para surdos (Tóquio)	38
5.1.2. Biblioteca Municipal (Presidente Prudente)	41
5.1.3. Parques Biblioteca (Medellín)	46
5.2. Considerações preliminares para elaboração de diretrizes da rede.....	50
6. REDE “Ler para Pertencer”: MANUAL DE DIRETRIZES	52
6.1. LOCALIZAÇÃO E TERRENO	52
6.2. A EDIFICAÇÃO.....	53
6.2.1. Estrutura	53
6.2.2. Identidade	55

6.3. PROGRAMA	56
6.3.1. Setor de recepção	57
6.3.2. Setor administrativo	57
6.3.3. Setor de livre permanência	58
6.3.4. Setor de acesso controlado	59
6.4. ACESSIBILIDADE E MOBILIÁRIO	60
6.4.1. Acessibilidade exterior	60
6.4.2. Medidas gerais de acessibilidade de interiores	61
6.4.3. Circulação	62
6.4.4. Mobiliário	63
6.5. DESEMPENHOS.....	64
6.5.1. Desempenho luminoso	64
6.5.2. Desempenho térmico	64
6.5.3. Desempenho acústico	65
6.6. VEGETAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS.....	66
6.7. SEGURANÇA	66
7. EXEMPLO DE IMPLANTAÇÃO: POLO JOÃO DOMINGOS NETTO	67
8. CONCLUSÃO	76
9. REFERÊNCIAS.....	77
ANEXO	82

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação entende que o acesso à informação é parte fundamental de uma democracia, uma vez que possibilita seus indivíduos a identificarem seus direitos, deveres e possibilidades como cidadãos. Essa abordagem levanta dois grandes temas que compõem esse trabalho: o primeiro trata-se de compreender o papel das bibliotecas públicas como centro informativo, enquanto o segundo diz respeito ao conceito de acessibilidade em todas as suas esferas.

A biblioteca pública contemporânea há tempos deixou de ser entendida apenas como um coletivo de livros. Trata-se de uma instituição que, além do acervo informativo, deve possuir meios para incentivar seu uso, oferecendo indiscriminadamente recursos para a informação, cultura, convivência e lazer do cidadão. Deve relacionar-se com seu meio, oferecendo atividades e serviços voltados para os interesses e as necessidades de sua região.

O acesso a esses recursos pode ser avaliado em diversas escalas: desde a localização geográfica da biblioteca até a usabilidade dos equipamentos disponíveis. Com o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência, entende-se cada vez mais que o potencial de acesso de um lugar ou equipamento é vinculado às características destes, e não às características do indivíduo. O conceito de Desenho Universal surge como uma filosofia que busca abranger todas essas escalas de acessibilidade, de forma qualitativa e plurivalente.

Com essa abordagem sobre o acesso a informação, o presente trabalho deve culminar em uma proposta de rede de bibliotecas públicas, a qual deve ser desenvolvida com base nos princípios do Desenho Universal.

O cenário em questão para essa proposta é a cidade de Presidente Prudente, localizada no Oeste Paulista. Cruzando dados socioespaciais da cidade com o mapeamento das bibliotecas existentes, são selecionados os polos de maior carência em relação ao acesso à informação.

Através de estudos projetuais em conjunto com recomendações de órgãos especializados em bibliotecas, busca-se a elaboração de uma cartilha com diretrizes para a implantação de unidades da rede proposta. É enfatizado que este trabalho não busca elaborar um projeto exclusivamente para Presidente Prudente, mas sim propor algo que futuramente possa ser implantado em outras cidades.

Por fim, apresentada a cartilha, o trabalho culmina na demonstração de um exemplo de implantação no bairro João Domingos Netto, um dos polos de atuação identificados nas análises socioespaciais da cidade.

2. A BIBLIOTECA E SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL

É consenso entre os historiadores que a transição do período pré-histórico para o período histórico é o momento em que este passou a ser documentado¹. Ou seja, a história propriamente dita da humanidade tem seu marco inicial na invenção da escrita. Com o início desta documentação, surge a necessidade de armazenamento do conhecimento escrito, o que culmina no surgimento das primeiras bibliotecas. Através dos séculos, a biblioteca passa por transformações que a torna compatível com as necessidades de seu contexto histórico, econômico e social (FERREIRA; ARAÚJO, 2016). O desenvolvimento tecnológico sempre foi decisivo na prosperidade das bibliotecas: dos rolos e papiros da Biblioteca de Alexandria à convivência dos mesmos com o formato de códex; da convivência de livros manuscritos, aliados aos livros impressos e eletrônicos (ALMEIDA, 2014).

Com relação às mudanças na estrutura bibliotecária, Butler (1971) diz que

cada época formou suas coleções de registros gráficos para atender aos seus hábitos intelectuais. [...] cada modificação de maior magnitude sofrida pelo ideal social produziu uma alteração na constituição da biblioteca. (BUTLER, 1971, p. 10).

Ainda que haja essa constante necessidade por adaptação pontuada por Butler (1971), a biblioteca deve manter sua essência. Essas transformações nada mais são do que uma constatação da importância de sua existência enquanto instituição (LEMOS, 2015).

Para explicar essa essência atemporal da biblioteca, os autores Perrotti e Pieruccini (2007) a resumiu em três paradigmas:

¹ A afirmação está de acordo com a própria definição do conceito de Historiografia, segundo a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.

- **Conservação cultural:** a organização e o tratamento técnico dos acervos é a chave para que o conhecimento produzido tenha condições de ser acessado por gerações posteriores.

- **Difusão cultural:** a realização de ações de divulgação e de viabilização incentiva o acesso e uso das informações disponíveis em acervo.

- **Apropriação cultural:** à medida em que os usuários e suas cargas históricas e culturais possuem relevância, a biblioteca ganha força como dispositivo de mediação cultural.

Estes paradigmas reforçam que a atemporalidade de uma biblioteca se trata, principalmente, de garantir que o conteúdo ali presente possa ser acessado pela sociedade a que serve (tanto de imediato, quanto a longo prazo), o que dá sentido a sua própria existência. Esta constatação justifica, portanto, o dever da biblioteca de incorporar novas atribuições e novas formas de mídia, conforme dialogam com seus usuários.

2.1. Biblioteca pública: direito assegurado à informação

A evolução do conceito de biblioteca pública pode ser mostrada através do estudo das várias versões do Manifesto da Biblioteca Pública, publicadas pela UNESCO. A primeira versão foi em 1949, conforme afirma a Fundação Biblioteca Nacional (2010) em sua publicação² sobre biblioteca pública, seus princípios e diretrizes.

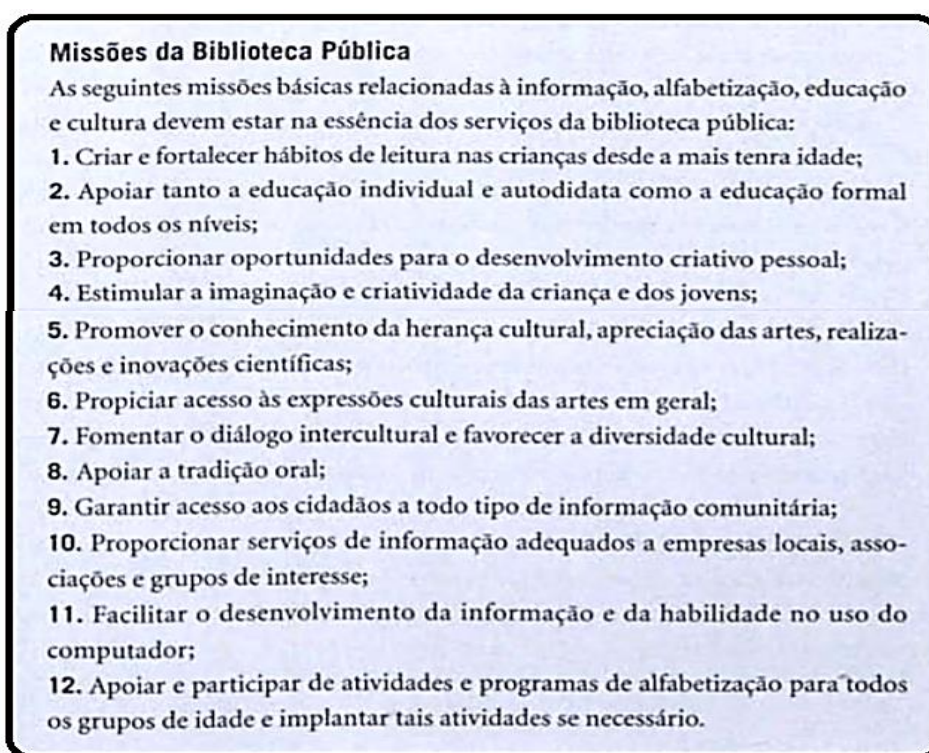
A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. Este Manifesto proclama a crença da UNESCO na biblioteca pública como força viva para a

² Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018

educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e bem-estar espiritual da humanidade. Em decorrência, a UNESCO estimula governos nacionais e locais a apoiar e comprometerem-se ativamente no desenvolvimento das bibliotecas públicas. (UNESCO, 1994)

O Manifesto de 1994³ descreve as missões da biblioteca em doze itens (figura 1), visando uma reflexão sobre a função da instituição perante a sociedade. A nível mundial, toda comunidade bibliotecária – da escala municipal a nacional – é solicitada a adotá-los.

Figura 1: Missões da biblioteca pública definidas pela UNESCO



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2017), p.23.

Apesar das recomendações do Manifesto, a Fundação Biblioteca Nacional (2010) deixa claro que cabe aos gestores decidirem o que priorizar no programa de sua biblioteca, já que esta é de incumbência das autoridades locais e nacionais.

³ Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/manifestos/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Como a própria denominação deixa claro, a biblioteca pública deve impreterivelmente ser gratuita. Esse fato ganha importância uma vez que o papel social da biblioteca na contemporaneidade – mais do que nunca – é ligado ao propósito de atender a população de baixa renda. Este público tem acesso restrito à informação, uma vez que falte ferramentas para localizá-la (CAMPELLO, 1998). O espaço bibliotecário pode lhes oferecer diversas soluções diárias, dentre as quais estão meios de procura por oportunidades de emprego, ou a possibilidade de conhecimento dos seus próprios direitos como cidadãos (FERREIRA; ARAÚJO, 2016). Ambos os exemplos, cabe lembrar, são previstos nos itens 9 e 10 do Manifesto.

A legislação referente a uma biblioteca pública deve ser levantada e financiada por sua esfera de governo responsável. Esta proximidade deve ser entendida como uma oportunidade para desenvolver uma estratégia que possa atender as demandas específicas de sua comunidade.

2.2. A biblioteca pública brasileira: realidade e desafios

Consta no artigo⁴ 3 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1998): “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional”.

Somado a este, o artigo⁵ 5 determina que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

⁴ Disponível em: < http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_3_.asp >. Acesso em: 16 jun. 2018.

⁵ Disponível em: < http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_5_.asp >. Acesso em: 16 jun. 2018.

segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XIV - é assegurado a todos o acesso à informação” (Brasil, 1988).

Ainda que não se refira diretamente às bibliotecas, os dois artigos destacam o fato de que todos têm direito à informação, o que insere a biblioteca pública num papel de responsabilidade perante a sociedade (VALENTIM, 2017).

No Brasil contemporâneo existem diferentes tipos de bibliotecas. Tradicionalmente, há bibliotecas públicas, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas e os centros de informação e documentação. A Fundação Biblioteca Nacional (2010) instrui que a rede de bibliotecas públicas deve ser elaborada sem desconsiderar sua relação com outros instrumentos locais. Isto envolve, portanto, bibliotecas escolares ou universitárias.

Largamente tipificados como espaços tradicionais pouco ocupados, destacam-se as bibliotecas escolares. No Brasil, as bibliotecas públicas têm atuado como bibliotecas escolares, uma vez que a maioria das escolas públicas não possuem bibliotecas. Algumas escolas possuem salas ou oficinas de leitura, contudo não contemplam os requisitos essenciais do que se considera ser uma biblioteca escolar.

2.3. Biblioteca contemporânea e suas diretrizes

O século XXI mantém a necessidade da biblioteca como instrumento de acesso social ao conhecimento. O novo milênio oferece desafios relativos à sua nova dinâmica de informação rápida: há novas formas de ensino-aprendizagem, onde o público usuário pode manejar a informação em ambiente eletrônico ou digital, por instrumento fixo ou móvel (*smartphones*).

Tais desafios atingem diretamente as estratégias de ação, os objetivos dos serviços prestados e as finalidades dos produtos elaborados. Surge a necessidade de

novas formas de mediar a informação. Essas novas necessidades dão face às bibliotecas contemporâneas, que se constituem em ambientes híbridos, compostos por distintas mídias, formatos e suportes (VALENTIM, 2017). Sobre a relevância da adequação tecnológica, o autor Milanesi (2002) afirma que

a biblioteca, para exercer sua função, deixa de ser o acervo milenar passivo e passa a ser um serviço ativo de informação. (MILANESI, 2002, p. 77).

É fundamental que haja a dinamização das bibliotecas por meios tecnológicos, a fim de que cumpram seu propósito e não sejam simples depósitos arcaicos de livros. Nas palavras de Vieira (2014),

o futuro da biblioteca depende de novas tecnologias que permitam que a migração da informação seja feita de forma cuidadosa e segura; [...] a tecnologia abre perspectivas de melhoria na qualidade dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca. (VIEIRA, 2014, p. 241-242).

Relativo aos usuários da biblioteca, é indispensável que haja uma análise contínua, para assim obter um diagnóstico de suas necessidades e adequar/atualizar o espaço. Milanesi (2002) corrobora com este fato, afirmando que mesmo com toda a revolução tecnológica e a globalização “que parecem ter resumido o mundo em uma aldeia”, as expectativas e necessidades informacionais permanecem em torno da vida cotidiana. Macedo (1986) complementa dizendo que a biblioteca deve “refletir a sociedade da qual faz parte, evoluindo de acordo com o seu progresso e as suas necessidades”. É fundamental que espaço propicie além do interesse pela leitura: deve ser dinâmico, de compartilhamento, convivência e acesso.

Porém, embora haja pesquisas sobre usuários, a metodologia sempre acaba por privilegiar a avaliação dos serviços da biblioteca, e não seus usuários propriamente ditos (FERREIRA; ARAÚJO, 2016).

Sobre o perfil contemporâneo da biblioteca e sua função perante a sociedade, a autora Valentim (2017) elabora um quadro-síntese de suas atribuições (figura 2). Analisando os tópicos desenvolvidos, são detectadas complementações diretas entre

eles. Através da identificação da afinidade entre esses tópicos, é possível condensar os componentes do perfil da biblioteca contemporânea e atingir suas diretrizes primárias.

Figura 2: Identificação de diretrizes do perfil da biblioteca contemporânea

Acesso local [<i>in loco</i>] e remoto [intranet, <i>Virtual Private Network</i> (VPN) e internet] às coleções/acervo, por meio de catálogos, bancos e bases de dados internos e externos, bibliotecas digitais e repositórios institucionais.
Armazenamento de conteúdos eletrônicos e digitais em servidores que possibilitam a recuperação da informação em redes de computadores distribuídos.
Ambiente híbrido composto por mídias, suportes e conteúdos impressos, eletrônicos e digitais.
Preservação de conteúdos relevantes por meio de digitalização, utilizando para isso de distintos tipos de tecnologia, proporcionando ao público usuário diferentes maneiras de acesso e recuperação.
Representação de materiais e conteúdos, por meio da aplicação de formatos e modelos que contemplam a cooperação de dados.
Linguagem documentária e natural, por meio da aplicação de classificações, tesouros, terminologias, taxonomias, folksonomias e ontologias.
Uso de tecnologias assistivas para portadores de necessidades especiais.
Administração centrada na gestão da informação e do conhecimento.
Desenvolvimento da competência em informação na equipe da biblioteca, enfocando a aprendizagem contínua.
Desenvolvimento de programas de competência em informação no público usuário, propiciando condições para o acesso, apropriação e uso de informação, para a construção de conhecimento.
Implementação de tecnologias que proporcionam eficiência aos serviços bibliotecários.
Implementação de tecnologias que proporcionam a autonomia dos usuários, no que tange ao acesso e à recuperação da informação, bem como à interatividade e ao uso do espaço da biblioteca.
Ambiente customizado, visando privilegiar os espaços de interação entre o usuário e a informação.
Serviços e produtos informacionais customizados, podendo ser gratuitos ou pagos, dependendo do tipo de público usuário.
Aquisição planejada e dirigida de conteúdos informacionais, visando atender às demandas e necessidades da comunidade usuária.
Produção de conteúdos informacionais voltados ao público usuário.

ACESSO AO CONTEÚDO
 ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO
 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Fonte: Marta Valentim (2017), p.37. Adaptado pela autora (2018)

Identificação os tópicos análogos por cores, foram detectadas e nomeadas as seguintes diretrizes:

- Organização de conteúdo:** diz respeito ao levantamento, armazenamento, manutenção e atualização do acervo. O conhecimento oferecido pela biblioteca deve estar disponível de forma híbrida, contemplando meios impressos, eletrônicos e digitais. Esses mesmos meios devem possuir mecanismos de recuperação de informação, seja por restauração de conteúdo físico ou por *backup* de dados. O conteúdo procurado deve ser de fácil localização, o que requer um sistema eficiente de busca e catalogação;

- **Gestão e administração:** um gerenciamento competente é fundamental para o pleno funcionamento de uma biblioteca. Uma equipe gestora devidamente capacitada está ciente de que sua aprendizagem é contínua, devendo sempre se atualizar e garantir a implementação de tecnologias que aumentem a eficiência do serviço. Sendo responsável pelo intermédio entre o acervo e seu público usuário, a gestão se encarrega de entender e suprir suas demandas. Deve fazer a aquisição planejada do conteúdo a ser disponibilizado e desenvolver meios de conscientizar seu público sobre todos os serviços fornecidos na biblioteca;

- **Acesso ao conteúdo:** cabe à biblioteca o dever de oferecer acesso indiscriminado a seu conteúdo, quaisquer sejam as peculiaridades espaciais, sensoriais ou cognitivas de seu usuário. Esse aspecto tem potencial a ser explorado em diversas escalas: inclui a localização da biblioteca, a configuração física de seus espaços, além do uso de tecnologias assistivas que ofereçam autonomia a todos que necessitarem utilizá-las.

Considerando as três diretrizes, **o presente trabalho se propõe a trazer uma análise minuciosa em relação à terceira diretriz.** O objetivo não é excluir as outras duas diretrizes, mas sim qualificá-las sob a ótica da adequação espacial.

3. SOBRE ACESSIBILIDADE E AS DEFINIÇÕES DE DEFICIÊNCIA

O termo acessibilidade vem do latim *accessibile*. É um adjetivo que significa "a que se pode alcançar, obter ou possuir". O Ministério das Cidades declara que o conceito geralmente é usado para se referir ao direito de locomoção, mas ultimamente tem sido compreendido como um processo de se obter igualdade de oportunidade e a participação plena em todas as esferas da sociedade e no desenvolvimento social e econômico do país, pelas pessoas com deficiência⁶ ou mobilidade reduzida (Ministério das Cidades, 2006). Esta definição associa diretamente a acessibilidade com a busca de autonomia para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o que requer conhecer esse público e suas reais necessidades.

Ao longo dos anos, o conceito de deficiência passou por várias redefinições. O artigo 1 da Declaração dos Direitos do Deficiente (1975)⁷, oficialmente adotado pela Assembleia Geral da ONU, estabeleceu que

O termo deficiente designa toda pessoa em estado de incapacidade de prover por si mesma, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal, em consequência de uma deficiência congênita ou não de suas faculdades físicas ou mentais. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO DEFICIENTE, 1975, p.1)

No Brasil, a NBR 9050⁸ de Acessibilidade e Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (2004) determina a deficiência como

redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (NBR 9050, 2004, p.3).

⁶ Ainda que o termo portadores de deficiência seja utilizado na Constituição Federal de 1988, em meados de 1990 a expressão oficial se alterou para pessoas com deficiência. Ambas as expressões têm a intenção de colocar a pessoa acima de sua deficiência, mas o termo portador é insatisfatório por sugerir que a deficiência é algo que pode ser carregado ou deixado de lado, como um objeto.

⁷ Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf >. Acesso em: 15 out. 2018.

⁸ Disponível em: < http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5bfield_generico_imagens-file%5d_24.pdf >. Acesso em: 15 out. 2018.

O que deve ser destacado nessas duas definições é que ambas se pautam na ótica da medicina, que entende a deficiência como uma limitação do indivíduo. O fator médico realmente faz parte, mas colocá-lo em destaque traz a conclusão errônea de que a deficiência é definida exclusivamente pelas características do indivíduo. Isto reforça o estigma preconceituoso de que uma pessoa com deficiência é um ser incapacitado.

Em contrapartida, o artigo 1, inciso I, da Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Pessoas Com Deficiência (2001)⁹ determina que

O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2001, p.1.)

Diferente das duas primeiras definições citadas, a determinação da Convenção Interamericana (2001) não se baseia no conceito médico, mas sim social. Ao dizer que a capacidade de uma pessoa é amenizada ou agravada pelo meio em que está, a limitação deixa de ser exclusivamente baseada nas características do indivíduo. A responsabilidade recai sobre o meio social, o qual pode fornecer condições favoráveis ou desfavoráveis. Com essa premissa, fica mais fácil enxergar que diferentes condições físicas, mentais, intelectuais e sensoriais são naturalmente ligados à diversidade humana, e que a deficiência nada mais é do que a interação dessas condições com o ambiente em questão.

Em um meio social comum, uma pessoa que enxerga é naturalmente privilegiada em relação ao deficiente visual, uma vez que as condições do ambiente social oferecem tudo o que ela precisa para agir com autonomia. Então, para entender a importância do conceito social de deficiência, basta imaginar uma pessoa com visão normal e outra dotada de cegueira total numa mesma sala com ausência absoluta de

⁹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm >. Acesso em: 15 out. 2018.

iluminação. A pessoa cega passa ter maior vantagem de autonomia, uma vez que a escuridão da sala em nada muda suas condições habituais de se situar. A deficiência passa a ser vinculada à pessoa de visão normal, que é privada de se orientar com eficiência.

As paraolimpíadas são outro exemplo crucial de como a dificuldade depende mais do meio do que da pessoa com deficiência. Uma vez que é dado todo o aparato aos atletas, estes chegam a alcançar recordes impensáveis ao ser humano médio, o que torna incoerente designá-los como pessoas incapazes. Não havendo barreiras, não há impedimentos. Se o produto de deficiência é a interação entre pessoas e seus impedimentos, não havendo impedimento, não há deficiência. A acessibilidade se trata justamente da identificação e eliminação de barreiras.

3.1. O desenho universal

O conceito de Desenho Universal (do inglês *Universal Design*) foi criado em 1987 na área de arquitetura da Universidade da Carolina do Norte (EUA). O termo foi de autoria do arquiteto Ronald Mace (1941-1998), que dizia não se tratar de uma nova ciência em questão, mas de uma nova percepção, a qual expande o conceito de projeto para que este possa ser utilizável a todos os indivíduos, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência.

Ainda que haja semelhanças com o conceito de acessibilidade, o Desenho Universal se diferencia pelo aprofundamento na questão do potencial de usabilidade do produto. (VASCONCELOS, 2017) São estágios diferentes. A acessibilidade se preocupa com a garantia de que haja acesso, ainda que através de adaptações ocasionais. O Desenho Universal se encarrega de analisar o que foi projetado e propor uma melhor qualidade de uso que englobe os vários perfis de usuário. Não se trata de uma tecnologia direcionada apenas aos que dela necessitam; é desenhado para todas as pessoas. (ROMANINI; MARTINS, 2014).

Na Universidade da Carolina do Norte, onde o conceito foi concebido, há um centro de estudos denominado *The Center for Universal Design* (CUD). O objetivo do centro é desenvolver e promover o Desenho Universal na escala doméstica até a urbana. Em 1997 o CUD publicou o que foi definido como os sete princípios do Desenho Universal:

1) Uso equitativo: espaços, objetos e produtos devem ser usados de forma igualitária por usuários com diferentes capacidades, sem prejudicar ou excluir ninguém. Os meios fornecidos devem ser prioritariamente idênticos ou no mínimo equivalentes, como segunda opção. Um exemplo são as portas que se abrem através de sensores, que são convenientes a todo tipo de usuários por dispensar o uso das mãos ou de qualquer esforço físico;

2) Flexibilidade de uso: o desenho do produto deve possibilitar a escolha do método de uso, considerando as habilidades e preferências individuais e sendo confortável em todas as opções de manuseio. As tesouras com grandes encaixes, por exemplo, são viáveis tanto para pessoas destros quanto para as canhotas;

3) Uso simples e intuitivo: todo local ou objeto deve transmitir suas informações de forma rápida e óbvia. Para isso, toda complexidade desnecessária deve ser eliminada, e as informações devem ser organizadas de acordo com sua prioridade e importância. Em postos de emergência, por exemplo, os instrumentos de comando são grandes e destacados por cores e símbolos popularmente conhecidos;

4) Informação perceptível: o *design* deve prever múltiplas formas de passar suas informações necessárias, sem que a nacionalidade ou as condições sensoriais do indivíduo o privem de compreendê-las. Símbolos explícitos e universais são recomendados, além da utilização simultânea de diferentes maneiras de comunicação, tal como sinalização sonora, braile, letras em relevo e a utilização de alto contraste;

5) Tolerância a erros: refere-se ao nível de segurança do local ou objeto. O projeto deve prever os riscos e possibilidades de manuseio incorreto, e então extinguir ou minimizar as ocorrências. Isso é possível através do uso de recursos a prova de erros, como travas de segurança. Os elementos mais seguros ficam mais acessíveis, enquanto os elementos perigosos devem ser eliminados, isolados ou blindados. Instruções de uso, aviso de riscos e possíveis erros devem ser prontamente fornecidos ao usuário;

6) Esforço físico mínimo: A configuração do ambiente deve permitir que os usuários o usem com conforto e eficácia. O objetivo é que haja o mínimo de fadiga, sem a necessidade de repetição de movimentos ou de mudança de posição corporal. Um exemplo são as maçanetas redondas, que podem ser substituídas por maçanetas em forma de alavanca. Sua forma mais eficaz não necessita que o usuário a segure totalmente para abrir uma porta, podendo ser acionada por uma mão fechada, ou até mesmo com o cotovelo;

7) Tamanho e espaço para aproximação e uso: a dimensão do ambiente deve ser pensada de forma que permita a aproximação, o alcance e o manuseio, independente de tamanho, postura ou mobilidade do indivíduo. Elementos importantes devem ser posicionados de forma que fiquem visíveis e alcançáveis por qualquer usuário, esteja ele sentado ou em pé.

Ainda que haja exemplos reais para cada um dos princípios do Desenho Universal, é importante frisar que ainda não foi atingido um patamar de soluções absolutas, onde todo produto ou ambiente pode sempre ser usufruído de forma equivalente por todos. Levando isso em conta, o Desenho Universal ainda não pode ser visto como uma meta literal e absoluta. Contudo, é de suma importância que o conceito seja levado como uma linha de pensamento cada vez mais presente nos processos produtivos. (VASCONCELOS, 2017).

3.2. Sobre a aplicação do desenho universal em bibliotecas

A biblioteca contemporânea, conforme analisada neste trabalho, é constituída por três premissas básicas: a gestão, a organização e o acesso ao conteúdo. Essas premissas funcionam como pilares. Se um pilar for retirado, a eficiência dos dois restantes fica comprometida. Uma má gestão pode culminar em uma política de organização falha, assim como um acervo mal administrado prejudica quem precisa consultá-lo.

A questão do acesso na biblioteca tem um papel fundamental na produtividade das outras duas diretrizes. Quando se fala em acesso indiscriminado ao conteúdo, é comum achar que isso se refere somente ao público usuário, quando também podem naturalmente envolver funcionários e gestores. Uma vez que peculiaridades motoras, visuais, auditivas e mentais sejam intrínsecas a diversidade humana, é essencial que todos disponham de condições para exercer seu ofício ou lazer de forma digna e eficiente, sem barreiras ou discriminação.

Sobre o direito de acesso e a importância da sua abrangência, a Fundação Biblioteca Nacional (2010) diz

Os serviços devem ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isto requer que o prédio da biblioteca esteja bem localizado, com instalações corretas para leitura e estudo, assim como tecnologias adequadas e horário de funcionamento conveniente aos usuários. Isto implica também na extensão dos serviços aos usuários impossibilitados de frequentar a biblioteca. Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em áreas rurais e urbanas. [...] Programas de extensão e educação do usuário devem ser promovidos visando ajudá-lo a beneficiar-se de todos os recursos disponíveis. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p.24).

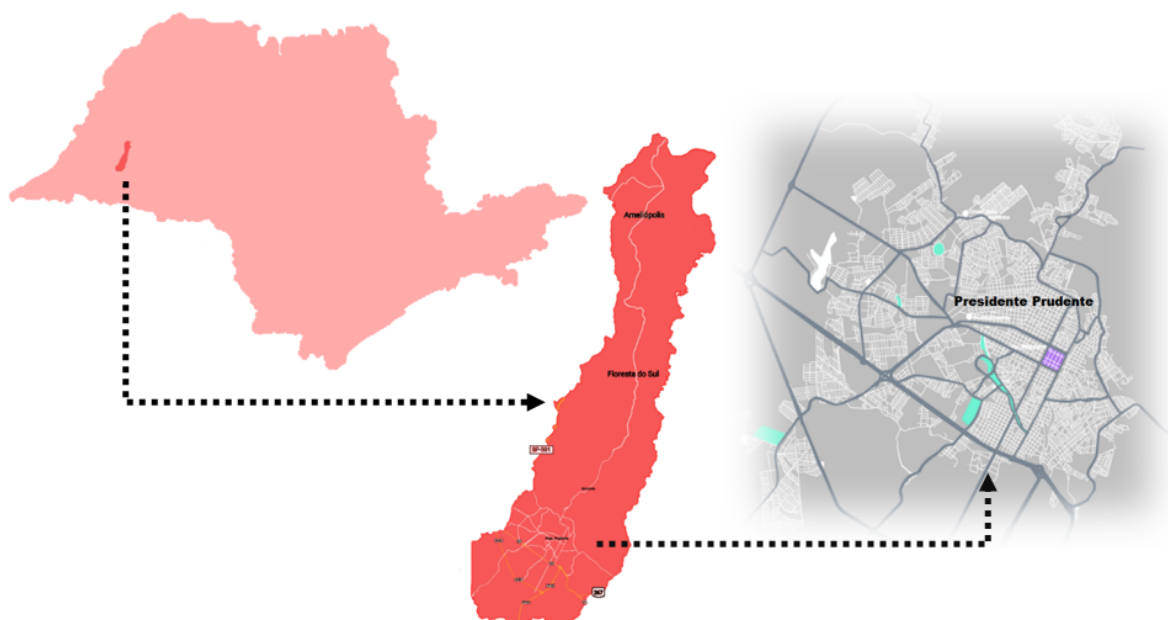
Nessa perspectiva, a adoção dos princípios do Desenho Universal se mostra fundamental dentro dos preceitos de implantação da biblioteca pública. O conceito permite trabalhar a usabilidade do espaço em todas as escalas abordadas pela Fundação Biblioteca Nacional, desde a escolha estratégica do local de implantação, a configuração de seu espaço físico, até o desenvolvimento de medidas assistivas que garantem aos usuários o seu direito à informação.

4. CONTEXTUALIZANDO PRESIDENTE PRUDENTE

O município de Presidente Prudente localiza-se no interior do estado de São Paulo (figura 3), a cerca de 558km da capital do estado. Sendo um dos maiores polos culturais e industriais do oeste do estado, a cidade é considerada a capital do oeste paulista.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um medidor qualitativo direcionado a cidades, e é composto por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD BRASIL, 2018). Presidente Prudente apresenta um IDHM de 0,806 (2010), considerando como muito elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Isso coloca a cidade na 13ª posição no estado, à frente inclusive da capital São Paulo, que se encontra na 14ª posição. No ranking nacional, Presidente Prudente se encontra na 25ª posição.

Figura 3: Localização da cidade de Presidente Prudente no estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pela autora (2018). **Fonte de dados:** My Maps.

4.1. Dados populacionais e uma análise de exclusão

De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, a população de Presidente Prudente é de 220 599 habitantes, o que coloca a cidade como a 36º mais populosa do estado de São Paulo e 126ª no ranking nacional. Há uma estimativa populacional referente ao ano de 2017, que aponta um número de 225.271 habitantes (figura 4).

Figura 4: Crescimento populacional em Presidente Prudente, de 1970 a 2017

CRESCIMENTO POPULACIONAL		
Censo	Habitantes	Crescimento (%)
1970	105.707	–
1980	136.849	29,5%
1991	165.484	20,9%
2000	189.186	14,3%
2010	207.610	9,7%
2017 (estimativa)	225.271	8,5%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2017)

A figura 5 apresenta as taxas de crescimento de Presidente Prudente em comparação com as da cidade de São Paulo, além dos parâmetros nacionais. Consta-se que o percentual de aumento populacional da cidade acompanha a média do país, apesar de apresentar algumas discrepâncias com a cidade de São Paulo.

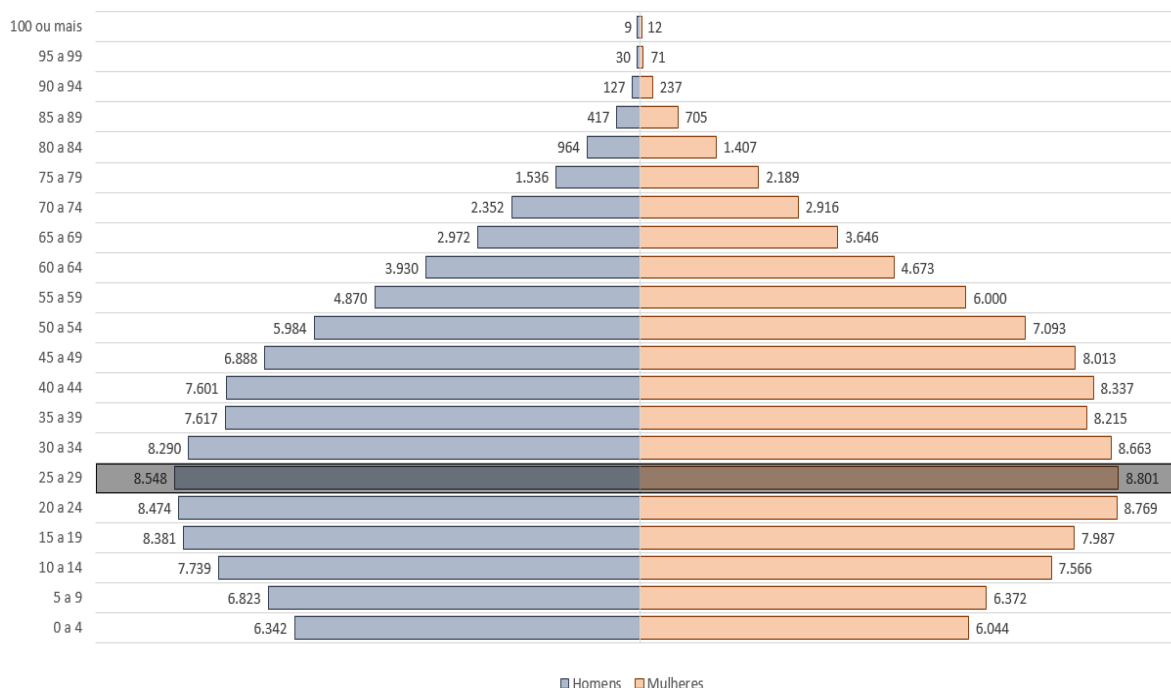
Figura 5: Taxas de crescimento populacional de 1970 a 2017: Presidente Prudente, São Paulo e Brasil

TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)			
CENSO	Pres. Prudente	São Paulo	Brasil
1980	29,5%	43,6%	28,2%
1991	20,9%	12,1%	21,3%
2000	14,3%	8,1%	15,4%
2010	9,7%	8,1%	12,5%
2017 (estimativa)	8,5%	7,6%	8,9%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2017)

A pirâmide etária (figura 6), por sua vez, é referente à composição populacional dada pelo Censo Demográfico de 2010. Como destacado na imagem, sua maior parte é composta por jovens adultos. Somando os indivíduos de todas as faixas etárias, há um total de 99 894 homens e 107 716 mulheres. Convertendo em porcentagem, representam respectivamente 48,12% e 51,88% dos habitantes.

Figura 6: Pirâmide etária da população de Presidente Prudente, 2010



Fonte: IBGE: Censo 2010.

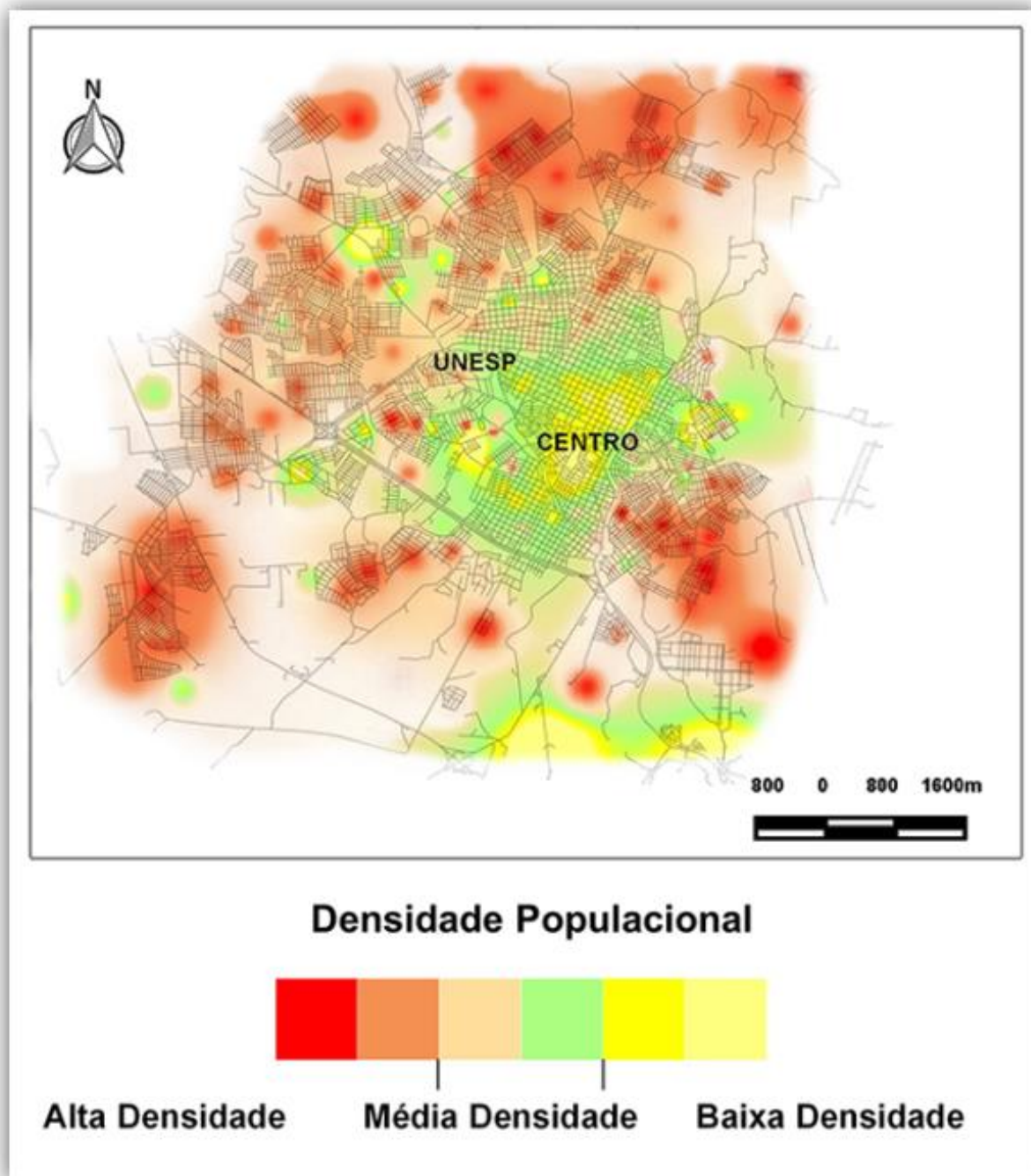
Conforme aponta a figura 4, o censo do ano 2010 realizado pelo IBGE contabiliza uma população de 207 610 habitantes em Presidente Prudente. Deste número, cerca de 97,91% (185 229 habitantes) residem na zona urbana, contra apenas 2,09% (3 957 habitantes) que estão na zona rural.

Ainda que a população seja quase totalmente urbana, é equivocado interpretar esta ocupação como algo homogêneo. O Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas¹⁰ (CEMESPP) identificou o adensamento

¹⁰ Grupo de pesquisa interdepartamental da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), localizada em Presidente Prudente.

populacional de Presidente Prudente em 2010 (figura 7), o qual revela uma área periférica altamente aglomerada e em contraste com a situação do centro urbano da cidade.

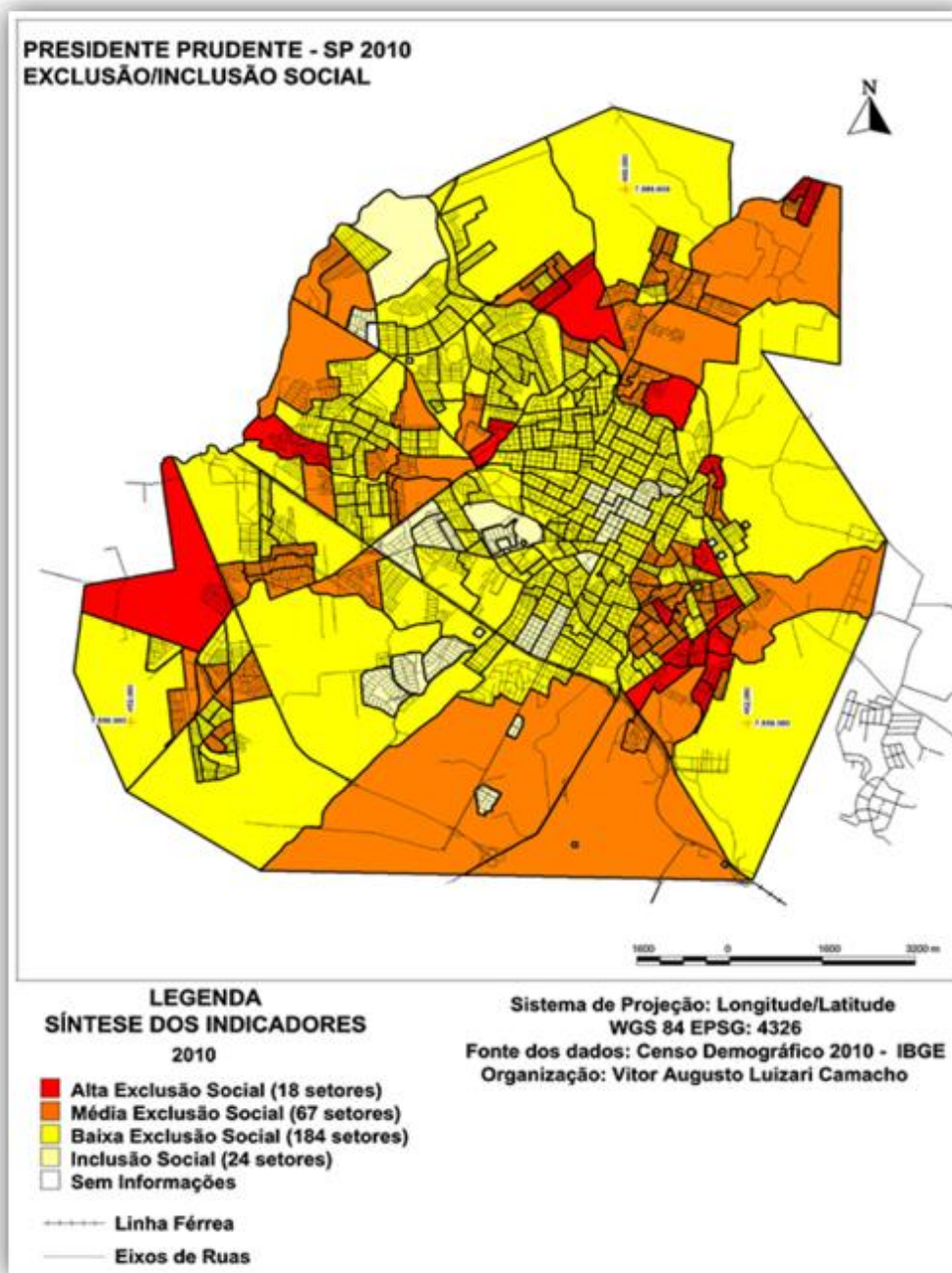
Figura 7: Mapa da densidade populacional de Presidente Prudente em 2010



Fonte: CEMESPP (2010)

A falta de acesso a equipamentos públicos ainda é uma realidade que atinge essas áreas periféricas. O CEMESPP tem como objeto de pesquisa identificar esses bairros, e seus respectivos níveis de exclusão. O produto desta pesquisa pode ser verificado na figura 8.

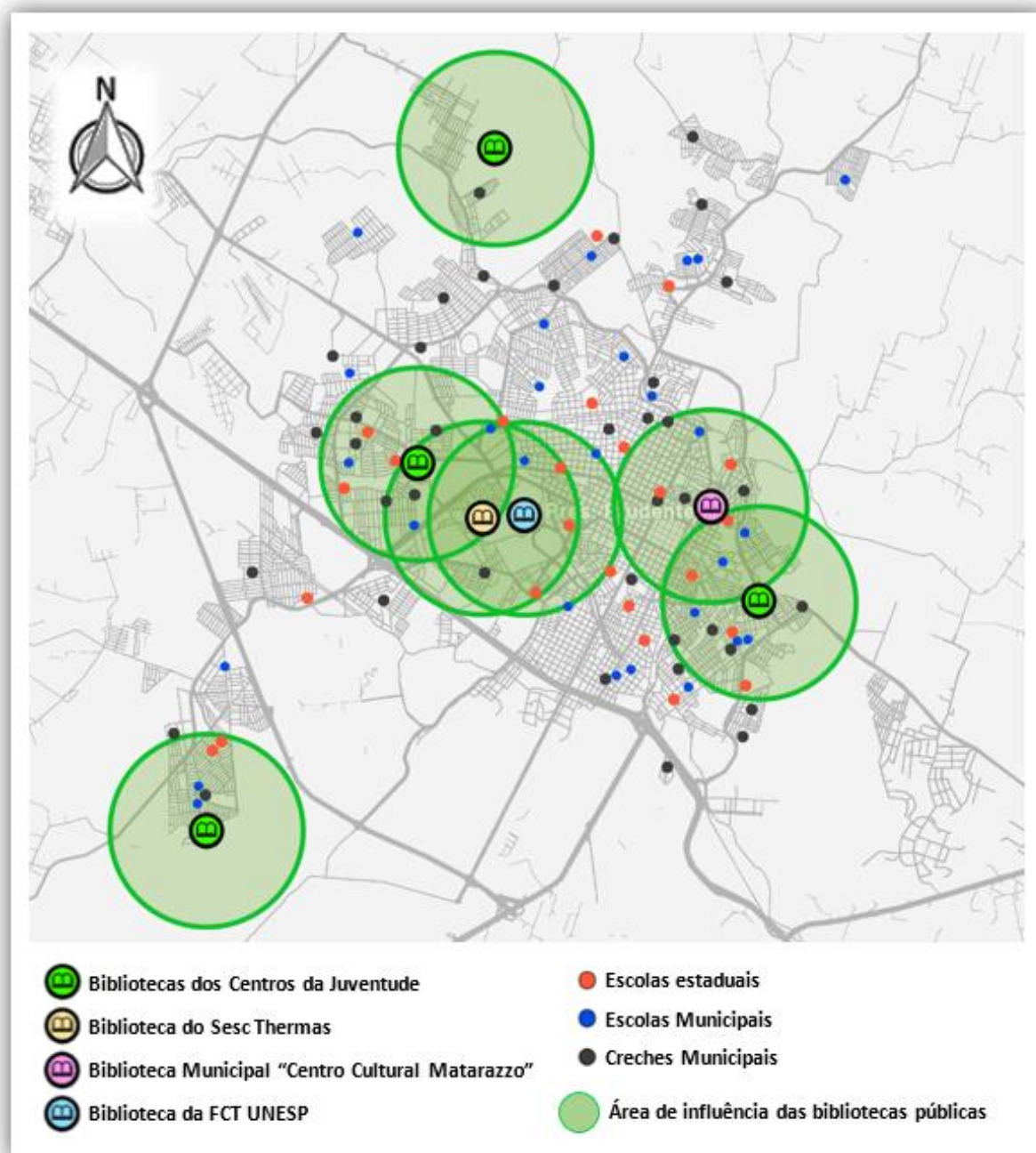
Figura 8: Mapa de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente em 2010



Fonte: CEMESPP (2010)

O mapa em questão exibe cinco níveis de exclusão. Adotando as cores vermelha e laranja para os casos de exclusão mais graves, fica visível que as áreas mais atingidas são – assim como no mapa de densidade populacional – as que se encontram mais afastadas da região central da cidade.

Figura 9: Bibliotecas de uso público em Presidente Prudente



Fonte: Elaborado pela autora (2018). Base de Dados: My Maps.

4.2. Bibliotecas públicas de Presidente Prudente: análise social e espacial

Considerando a existência desigual de equipamentos públicos nos bairros de Presidente Prudente, o presente trabalho se aprofunda em como essa distribuição ocorre em relação às bibliotecas da cidade. O seguinte mapa (figura 9) identifica todos os instrumentos com bibliotecas de uso público em Presidente Prudente.

O mapa inclui não apenas a Biblioteca Municipal, mas também bibliotecas de escolas estaduais¹¹ e municipais¹², os quatro polos do Centro da Juventude, o Sesc Thermas, e a biblioteca universitária localizada na Universidade Estadual Paulista.

Junto com localização, o mapa também traz a **área de influência** de cada uma das principais bibliotecas. A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários¹³ (IFLA) determina que o raio de influência imediata de uma biblioteca é de 1,5km, salvo exceções em que há barreiras, como rodovias ou linhas férreas. Este dado norteia várias etapas do planejamento, uma vez que permite fazer o cálculo de obtenção do número de habitantes da área, o cálculo de volume do acervo e, conseqüentemente, o dimensionamento adequado para a edificação. De acordo com a publicação da Fundação Biblioteca Nacional (2010) sobre os princípios e diretrizes da biblioteca pública, a garantia de acesso – questão intrínseca ao Desenho Universal – é um dos principais pontos dentro de uma estratégia de implementação. A proposta final deste trabalho é oferecer à cidade espaços onde a população possa exercer seu direito à informação, de forma atraente e de localização estratégica em relação aos bairros de maior carência. A partir desta premissa, o próximo passo consiste em determinar os pontos da cidade que se encontram fisicamente e socialmente distantes das bibliotecas existentes.

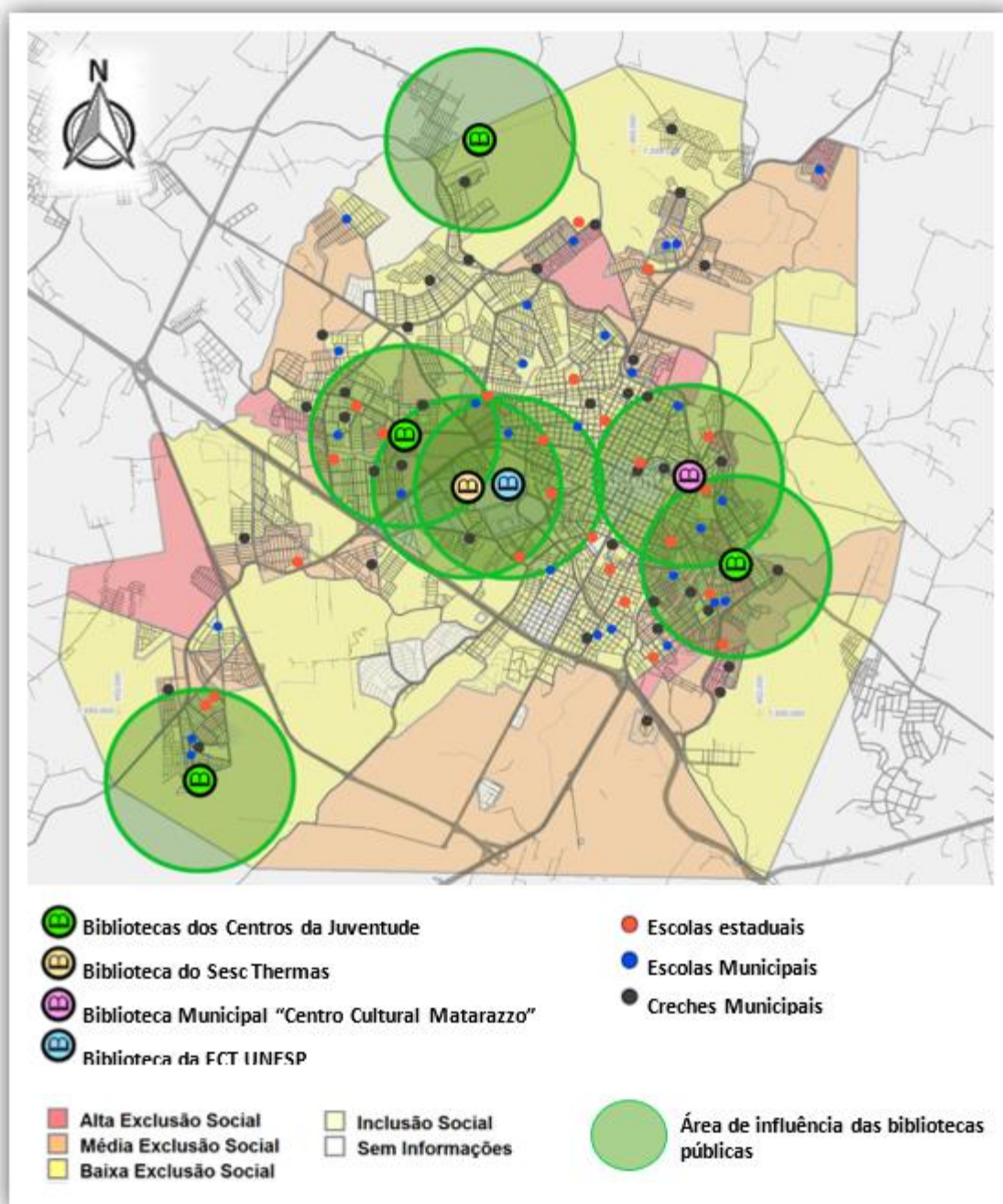
¹¹ A lista completa de creches e escolas municipais de Presidente Prudente está disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/unidades/seduc_escolas.xhtml>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹² A lista completa de escolas estaduais de Presidente Prudente está disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?Navegacao=Proxima&NM_DIST=&NM_MUN=PRESIDENTE PRUDENTE>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

Na figura 10 é feita uma sobreposição entre os mapas das figuras 8 e 9, buscando identificar uma relação entre as áreas não contempladas pelos raios de influência das bibliotecas existentes com as áreas de exclusão social apontadas pelo CEMESPP (2010).

Figura 10: Sobreposição das figuras 8 e 9



Fonte: Elaborado pela autora (2018). Base de Dados: My Maps. CEMESPP (2010)

Dentre as áreas não contempladas pelo raio de influência das principais bibliotecas da cidade, algumas não apresentam qualquer alternativa de biblioteca de uso público, enquanto outras são compostas quase que totalmente por escolas e creches.

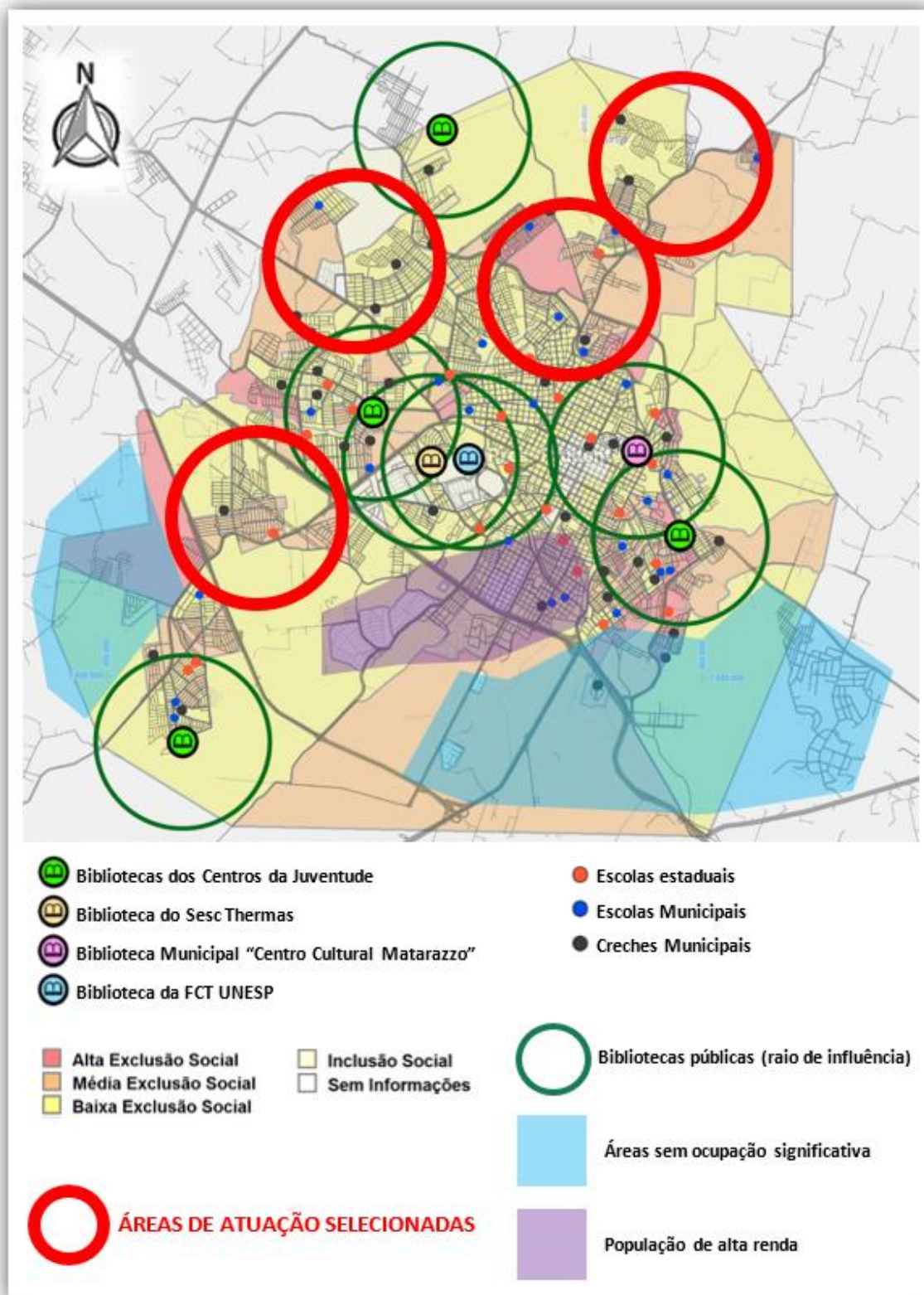
Ainda que a Lei 12.244/10¹⁴ determine que até 2020 todas as escolas brasileiras públicas e privadas tenham bibliotecas escolares, a realidade apontada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é que das 180 mil escolas brasileiras, apenas 98 mil ou 55% não têm biblioteca escolar ou sala de leitura. No caso das que possuem bibliotecas, é preciso lembrar que este trabalho busca o potencial das bibliotecas dentro de sua capacidade de oferecer acesso absoluto a seu público. Logo, o que se considera não é meramente a presença física da biblioteca pública, mas o quanto ela pode atender toda a comunidade em que se encontra. É o caso das creches, cujo mobiliário e equipamentos são especialmente voltados às necessidades de aprendizado infantil, não sendo, portanto, uma alternativa que funcione para faixas etárias posteriores. As demais escolas voltadas ao ensino fundamental e médio são vistas como potenciais a serem desenvolvidos, mas que não isentam seus bairros da necessidade de intervenção.

Para determinar as áreas com maior carência de intervenção, foram excluídas as que se encontravam nas seguintes situações: 1) Áreas sem ocupação e infraestrutura viária significativas; 2) Áreas com concentração de alta renda como no caso da região centro-sul, onde se encontram os condomínios fechados de alto padrão.

No mapa seguinte (figura 11) foram estabelecidas as quatro áreas com raio de 1,5km mais excluídas em relação às bibliotecas existentes.

¹⁴ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

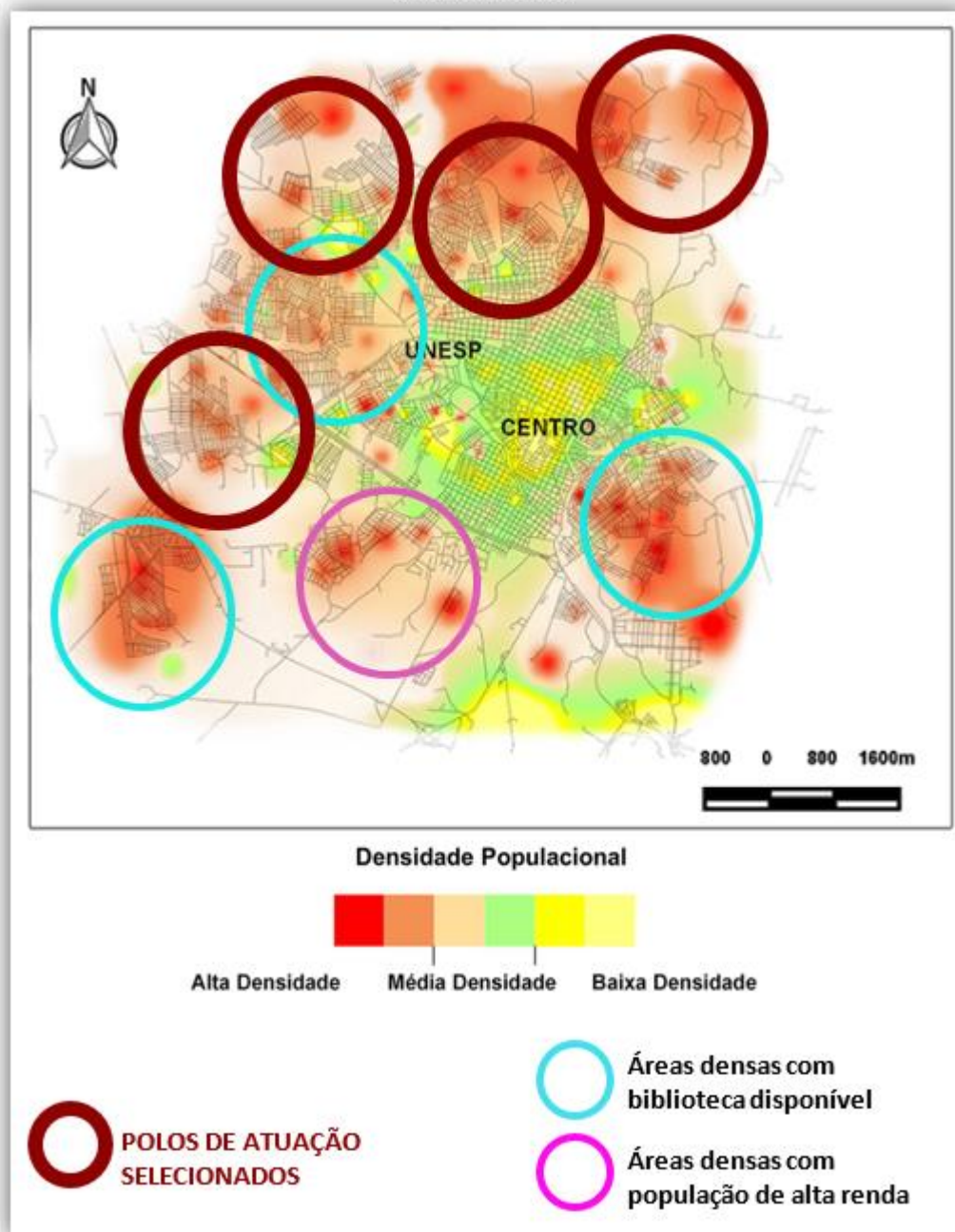
Figura 11: Identificação das áreas de atuação



Fonte: Elaborado pela autora (2018). Base de Dados: My Maps. CEMESPP (2010)

Sobrepondo os polos de atuação escolhidos com o mapa de densidade populacional do CEMESPP (figura 12), consta-se que elas abrangem significativamente as regiões com alta concentração populacional de média/baixa renda não atendidas pelas bibliotecas existentes.

Figura 12: Polos de atuação sobrepostos em mapa de densidade populacional

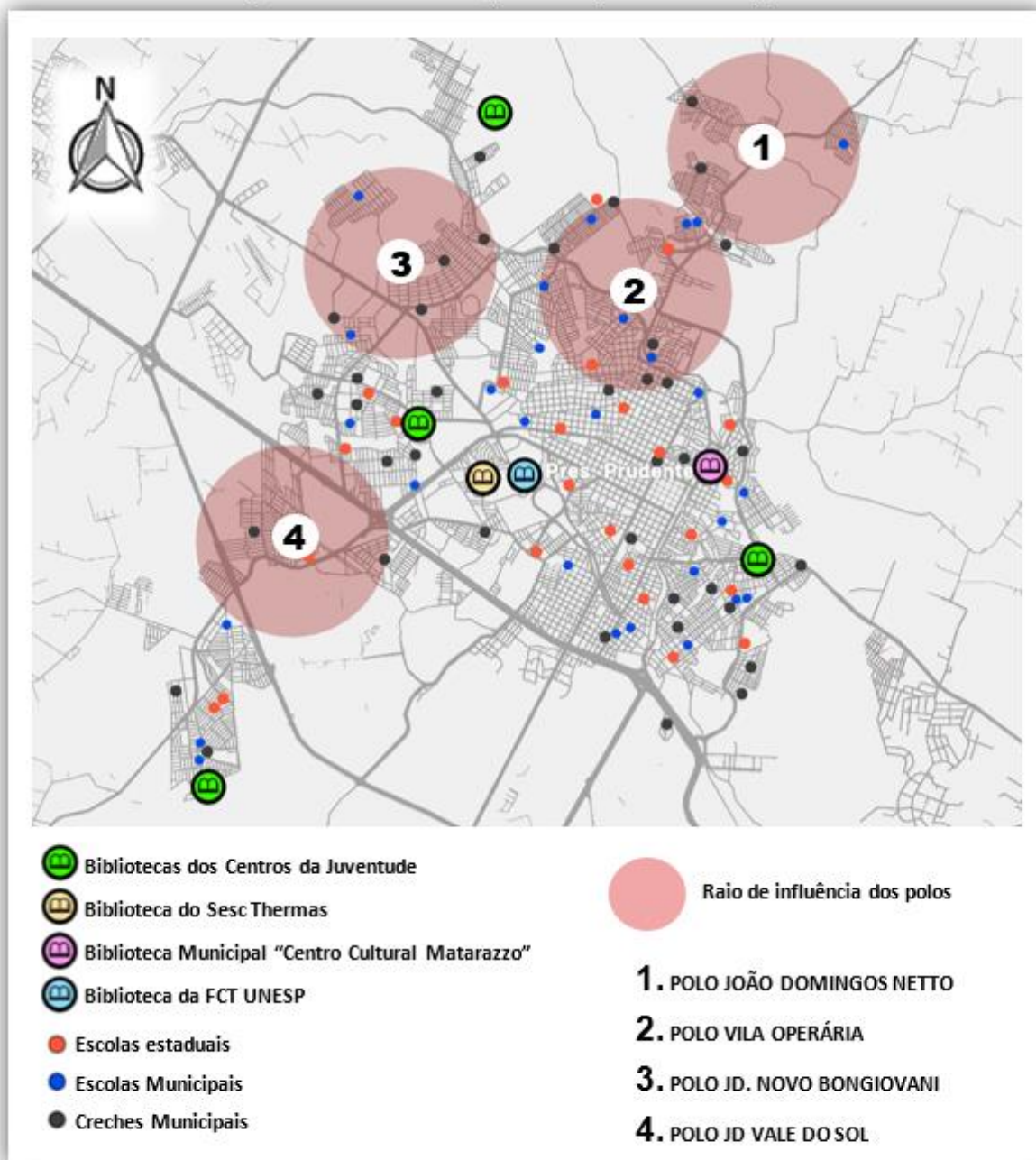


Fonte: Elaborado pela autora (2018). Base de Dados: My Maps. CEMESPP (2010)

5. PROPOSTA DE REDE

Por necessidades de futura referência neste trabalho, cada polo identificado recebeu um nome com referência a seu principal bairro constituinte. Os polos e seus respectivos nomes são demarcados na figura 13.

Figura 13: Identificação dos polos com legenda



Fonte: Elaborado pela autora (2018). Base de Dados: My Maps.

A análise socioespacial de Presidente Prudente mostra que a falta de acesso a bibliotecas públicas é característica dos bairros limítrofes da cidade. Considerando o raio de 1,5km definido pela IFLA, é descartada a elaboração de uma só biblioteca que atenda igualmente todos esses bairros. Determinados os quatro polos com maior dificuldade de acesso às bibliotecas públicas, este trabalho propõe como alternativa a implantação de **unidades bibliotecárias** para esses polos, o que se configura na criação de uma **rede de bibliotecas**.

A adoção da estratégia da rede se dá pelo objetivo de obter vários raios de influência para que o acesso à informação seja uniformemente implantado na periferia, e ao mesmo tempo garantir que as unidades tenham uma mesma diretriz que garanta o padrão de qualidade de todas.

O processo de elaboração desta rede deverá incorporar o conceito do Desenho Universal e expressá-lo em toda sua concepção. Considerados os princípios do Desenho Universal, a rede deverá apresentar:

- **Localização estratégica:** toda unidade deve ser implantada em locais de fácil referência e acesso, próximo a vias principais e com disponibilidade de pontos de ônibus. O terreno deve ser preferencialmente uma área institucional, cuja dimensão já prevê a implantação de instrumentos culturais e espaços de convívio. Deve-se considerar a proximidade com as escolas da área, para facilitar atividades estudantis;

- **Acessibilidade arquitetônica:** o projeto das unidades deve se comprometer a não criar barreiras ambientais – tanto interna quanto externamente – adotando medidas já previstas na NBR 9050 para viabilizar a locomoção de seus usuários. As unidades devem prioritariamente ter um único pavimento, e se este não for viável, deve contar com rampas e elevadores;

- **Abrangência instrumental:** a rede deve oferecer em seu programa um conjunto de tecnologias que elimine a limitação de uso dos instrumentos de aprendizagem, entretenimento e serviço.

5.1. Projetos referenciais para elaboração da rede

5.1.1. Residência para surdos (Tóquio)

Localizada em Tóquio, trata-se de um projeto anexado à residência de um casal de surdos e seus dois filhos. Projetado pelo escritório Takeshi Hosaka Architects, este alojamento (figura 14) foi concebido de forma a resolver duas questões: a falta de espaço da residência original e a necessidade de comunicação entre pais e filhos.

Figura 14: Anexo projetado para família com casal de surdos



Fonte: Hometeka (acesso em 2018)

Foram instaladas por volta de 100 pequenas janelas quadradas nas paredes e também no piso e teto dos cômodos (figura 15). Trata-se de uma solução criativa para

que os residentes pudessem se comunicar por linguagens e sinais nos ambientes internos e externos.

Figura 15: Aberturas no piso para comunicação por linguagem de sinais entre os andares



Fonte: Hometeka (acesso em 2018)

Em consequência das aberturas, obtém-se um espaço agradável onde a luz natural e a circulação de ar ocorrem livremente. A cobertura do anexo (figura 16) pode ser acessada através de uma escada vertical posicionada no segundo piso.

Figura 16: Cobertura com aberturas para comunicação com interior do anexo



Fonte: Hometeka (acesso em 2018)

Janelas instaladas em diversas alturas (figura 17) permitem que os filhos do casal – a princípio, crianças pequenas – as utilizem no decorrer de seu crescimento

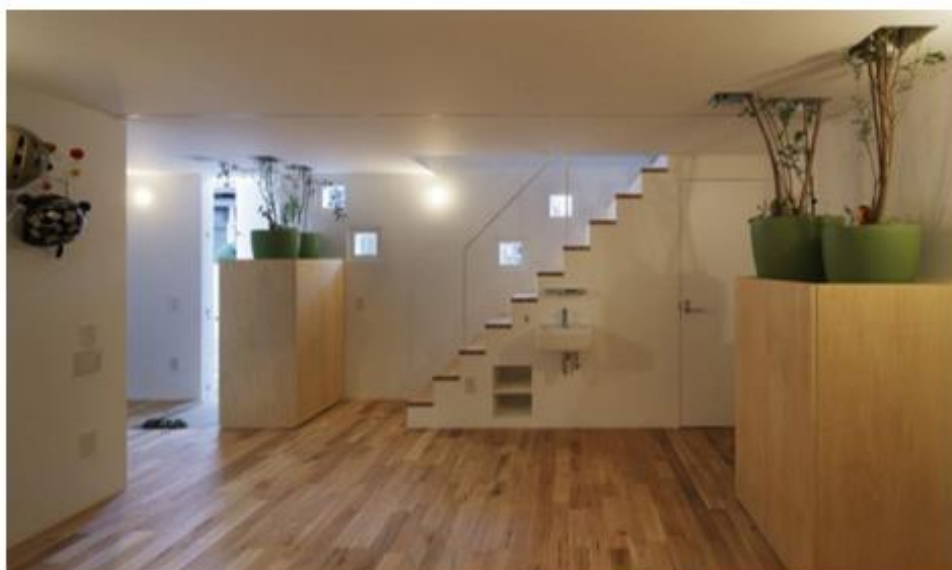
Figura 17: Altura das janelas permitem a utilização em qualquer altura



Fonte: Hometeka (acesso em 2018)

Vasos de cerâmica são colocados em pedestais elevados, estrategicamente posicionados abaixo das aberturas de forma que cresçam em direção ao pavimento superior (figuras 18 e 19).

Figura 18: Piso inferior com vasos de cerâmica elevados



Fonte: Hometeka (acesso em 2018)

Figura 19: Aberturas no piso do segundo pavimento atravessadas por plantas



Fonte: Hometeka (acesso em 2018)

O projeto de anexo é considerado uma referência a este trabalho por apresentar formas simples e criativas de resolver barreiras cotidianas, que por vezes passam despercebidas por aqueles que não são afetados.

5.1.2. Biblioteca Municipal (Presidente Prudente)

Com o objetivo de entender a dinâmica entre os espaços de uma biblioteca pública, foram realizadas visitas à Biblioteca Municipal “Dr Abelardo de Cerqueira César” de Presidente Prudente, que integra o Centro Cultural Matarazzo. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, o acervo da biblioteca tem cerca de 80 mil obras catalogadas, já contando com seu acervo circulante, que é composto por vários exemplares de um mesmo livro. Durante as visitas, os espaços principais foram registrados por meio de fotos (figura 20).

Figura 20: Balcão de recepção da Biblioteca Municipal de Presidente Prudente



Fonte: Carlos Pollako (2018)

O espaço reservado para recepcionar usuários serve como elemento central aos outros ambientes da biblioteca. Com acesso direto à sala de acervo (figura 21), o espaço conta com pequenos armários para uso de visitantes, além de um amplo balcão onde são realizados cadastros, retirada de chave para uso dos armários e empréstimos/devoluções de livros.

Figura 21: Acervo principal, acervo de obras especiais e carrinho para devolução de livros

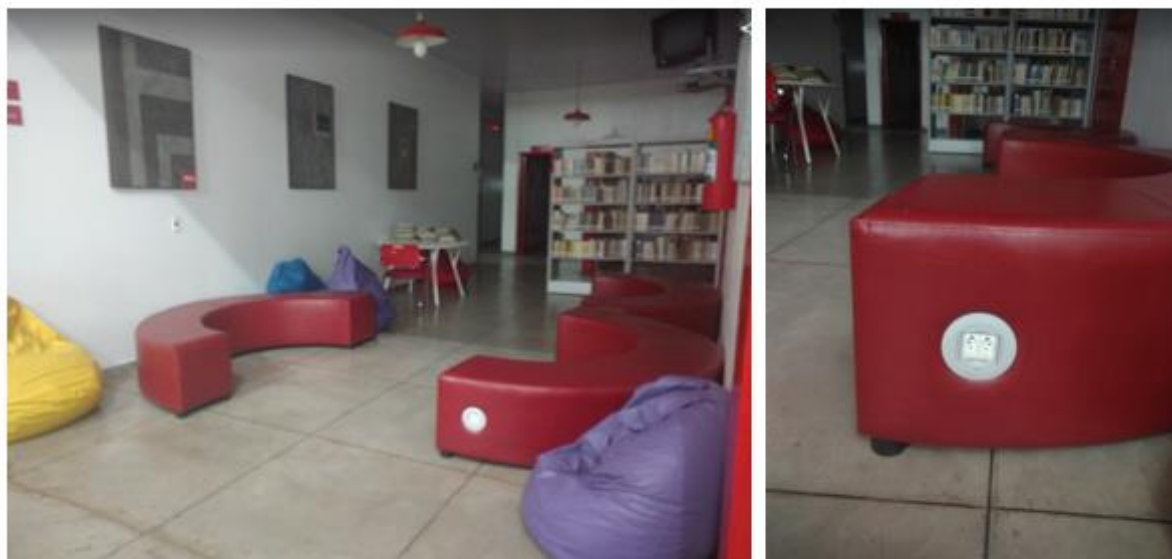


Fonte: Fotografado pela autora (2018)

O acervo principal utiliza as próprias estantes como elemento divisório para criar espaços privados de leitura, enquanto que a sessão de obras especiais possui uma divisória explícita em relação ao resto do acervo. Cabe mencionar que embora sejam previstos espaços entre a mesa e a estante para acesso de cadeirantes, as estantes limitam o acesso por sua altura elevada, sendo que a altura ideal para alcance universal é de, no máximo, até 1,2m.

Integrado ao acervo, há um espaço de leitura de *layout* mais descontraído, com pufes e sofás com tomada integrada para uso de notebooks ou carregadores de celular e *tablet* (figura 22).

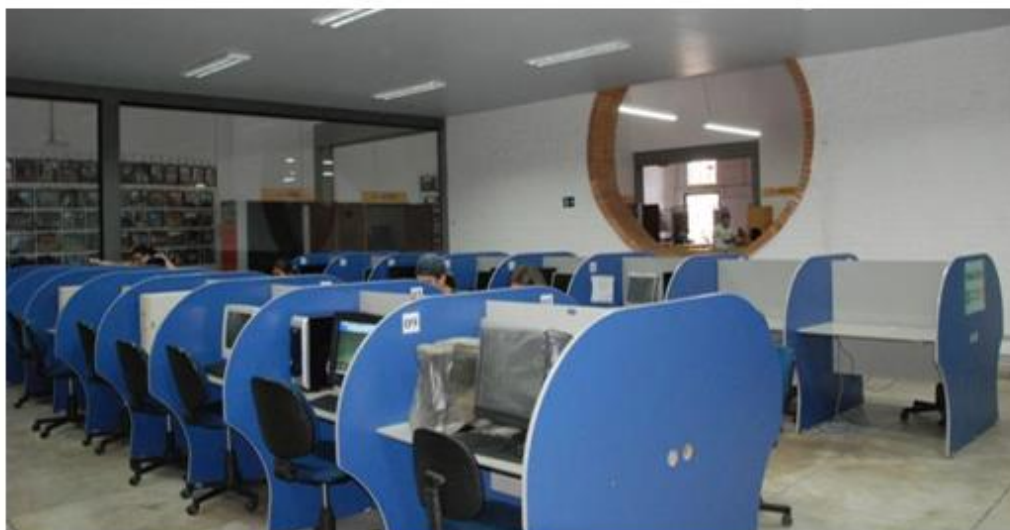
Figura 22: Espaço de leitura e sofá com tomada integrada



Fonte: Fotografado pela autora (2018)

É também pelo acervo que se acessa o Infocentro integrado à Biblioteca Municipal (figura 23). O espaço conta com 48 computadores (SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2011) distribuídos em mesas com divisórias, para a privacidade do usuário. Algumas mesas são mantidas vazias, seja para uso de notebooks ou estudo individual.

Figura 23: Infocentro



Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação de Presidente Prudente (acesso em 2018)

Quanto aos aspectos de acessibilidade do espaço, o Infocentro pode ser utilizado como exemplo em referência aos princípios do Desenho Universal. Começando pelo acesso espacial, o espaço apresenta todas as dimensões necessárias para acomodar usuários cadeirantes, desde a largura dos corredores que

Figura 24: Mesas de estudo sob medida para acomodar cadeiras de roda



Fonte: Fotografado pela autora (2018)

permitem a passagem e o giro de locomoção até a dimensão das mesas, que comportam perfeitamente uma cadeira de rodas (figura 24).

Quanto ao acesso instrumental, o Infocentro conta com tecnologias assistivas (figura 25) que possibilitam a utilização dos livros do acervo por pessoas de baixa visão ou cegueira total, sem que essas tenham que recorrer a livros escritos em braile.

Figura 25: Tela ampliadora de imagens para pessoas com baixa visão; scanner para conversão de textos em áudios; teclado de alto contraste e símbolos ampliados



Fonte: Fotografado pela autora (2018)

Há na biblioteca uma setorização (figura 26) que condiz com a dinâmica de cada área. O local de exposições e a recepção, como cartões de visita da biblioteca, compõem a entrada e servem como elemento central para as outras áreas. Locais

destinados à leitura e ao estudo se concentram à esquerda, enquanto que espaços de maior dinâmica e barulho se concentram no lado oposto. A cafeteria, ainda que seja um local recomendado e agradável para realizar leituras, se encontra desconexa da biblioteca, de modo a não oferecer riscos de resíduos alimentícios adentrando no acervo.

Figura 26: Croqui da setorização de espaços da Biblioteca Municipal, inserida no Centro Cultural Matarazzo



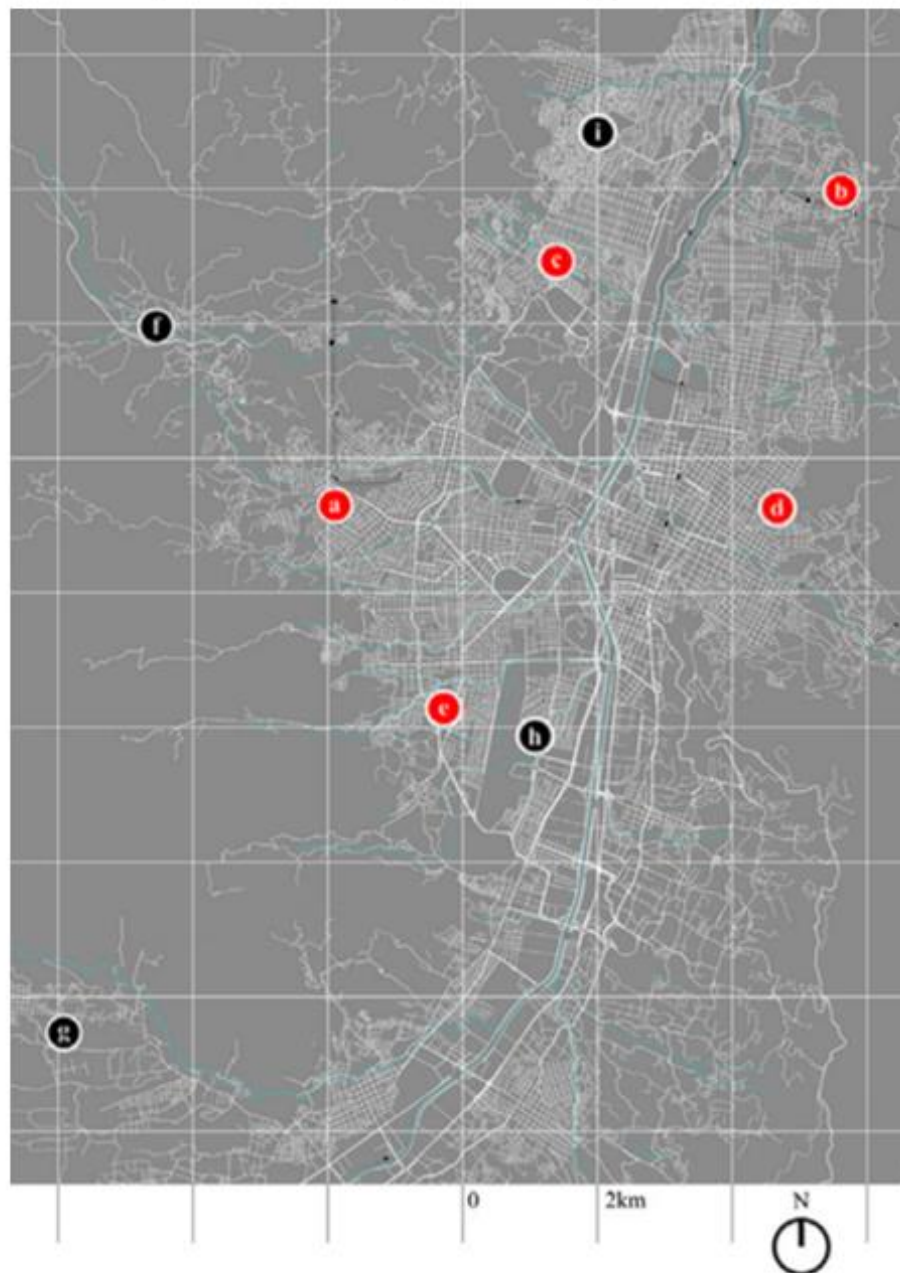
Fonte: Elaborado pela autora (2018)

5.1.3. Parques Biblioteca (Medellín)

Localizado em Medellín, na Colômbia, o projeto de Parques Biblioteca consiste em uma rede de equipamentos públicos construídos para promover práticas educativas, culturais e sociais em seus bairros circundantes (PEÑA GALLEGO, 2011;

RODRÍGUEZ et al., 2013). São nove unidades implantadas em toda a cidade (figura 27), sendo que as cinco primeiras foram estrategicamente construídas em lugares que antes eram associados à violência urbana. O objetivo foi alterar simbolicamente a imagem desses lugares, que antes carregavam estigmas relacionados ao tráfico de drogas (CAPILLÉ, 2017, p.6).

Figura 27: Localização das unidades de Parques Biblioteca na cidade de Medellín, com destaque em vermelho para as cinco primeiras implantadas



Fonte: Cauê Capillé (2017), p.7. Adaptado pela autora (2019)

O termo “Modelo de Medellín” é amplamente utilizado pela mídia internacional para se referir às suas recentes renovações urbanas, as quais são referência no que diz respeito à busca por mudança social. Sobre a estratégia bem-sucedida, Capillé (2017) aponta que

ECHEVERRI & ORSINI (2010) destacam que a mudança de estratégia de planejamento – de ações coercivas que visavam realocar moradores de áreas pobres, para a melhoria ou “modernização” (*upgrading*) dessas áreas – como uma das principais razões para o sucesso do “Modelo de Medellín”. [...] as estratégias coercivas foram ineficientes porque não abordaram a origem do problema. [...] a estratégia de *urban upgrading* se opõe às “coercivas”, pois vê a informalidade urbana como parte da solução, ao invés de parte do problema. Desse modo, o projeto de *urban upgrading* concentrou-se na oferta de infraestruturas, equipamentos públicos e programas que pudessem melhorar, ao invés de erradicar, a informalidade urbana. (CAPILLÉ, 2014, p.4)

Em tal contexto de renovação urbana, o líder do projeto de Parques Biblioteca Montoya (2014), aponta que o principal objetivo do projeto é “usar a arquitetura pública como meio para alcançar uma reinvenção das práticas sociais” (apud CAPILLÉ, 2017, p.8). Assim, a arquitetura é aqui utilizada para apresentar uma sociedade atualizada, além de produzir um novo senso de comunidade e cidadania por meio de interação informais. Na figura 28, podemos ver o efeito de modernização buscado através da implantação do Parque Biblioteca Espanha, cuja monumentalidade arquitetônica se destaca em meio ao bairro periférico Santo Domingo Savio.

Figura 28: Parque Biblioteca Espanha



Fonte: Cauê Capillé (2017), p.2

O projeto incentiva o uso público por meio de disponibilidades de uso do espaço que não fazem parte da concepção habitual de uma biblioteca, explorando a potencialidade das diferentes formas de interação social. Montoya (2014, apud CAPILLÉ, 2017, p.9) diz que o próprio nome “Parques Biblioteca” enfatiza a ideia do projeto de que esses edifícios são espaços públicos, primeiramente. Essa variabilidade de usos se dá por meio de medidas que incluem o desenvolvimento de programas culturais, além da disponibilidade integrada de recursos *on-line* entre as bibliotecas.

Capillé (2017, p.7) cita estudos realizados por Ortiz (2012), os quais mostram um efeito positivo dos Parques Biblioteca na educação da população de suas respectivas regiões, sobretudo pelos programas culturais desenvolvidos e pelo acesso aberto aos serviços de internet e de computadores (figura 29).

Figura 29: Sala de computadores e ateliê multiuso do Parque Biblioteca Espanha



Fonte: Cauê Capillé (2017), p.8

O projeto de Parques Biblioteca torna-se referência para esse trabalho por seu exemplo bem-sucedido de democratização ao acesso de informação em diversas escalas, seja em sua estratégia de implantação por unidades ou no uso de métodos para a utilização diversificada dos espaços.

5.2. Considerações preliminares para elaboração de diretrizes da rede

Visando o desenvolvimento de um manual com diretrizes que possam garantir um padrão visual e qualitativo para a rede proposta, este subcapítulo de preza a expor as referências teóricas e técnicas utilizadas para tal elaboração.

O projeto de bibliotecas estabelecido por este trabalho deverá ser referenciado a partir de então como rede de biblioteca “Ler para Pertencer”, nome escolhido por sua alusão direta à inclusão decorrente do acesso à informação.

Relativo aos espaços essenciais em um programa de biblioteca, foi utilizado como base para esse trabalho o programa desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional (2010), que descreve sucintamente as atribuições de cada área (figura 30).

Figura 30: Programa básico segundo a Fundação Biblioteca Nacional, 2010

ÁREAS	DESCRIÇÃO SUCINTA
Exterior	Deve ter uma placa, a maior possível, com o nome da biblioteca e da cidade, além de uma tabuleta menor indicando as horas de funcionamento. O uso de sinalização nas ruas indicando o caminho da biblioteca é uma boa providência, especialmente para leitores em potencial. Em cidades planas, é conveniente prever área para estacionamento de bicicletas, além de estacionamento para carros de funcionários e acesso para fornecedores.
Entrada e saguão	A entrada da biblioteca deve abrigar guarda-volumes ou escaninhos para armazenar os objetos pessoais dos usuários, evitando levá-los para a sala de leitura. O uso de catracas facilita o controle de entrada e saída dos leitores. A biblioteca deve ter somente uma entrada para facilitar o controle da circulação. Atualmente, há processos eletrônicos como os portais detectores (utilizados também em lojas) que impedem a saída de obras sem a devida autorização.
Sinalização	Tanto externa quanto interna, indicando os diversos setores, como sala de leitura e sanitários. Um mural de avisos ou painéis com anúncios comunitários devem ser localizados na entrada ou no saguão de acesso à biblioteca.
Exposições	O espaço destinado a exposições também deve ficar próximo à entrada.
Sala de reuniões ou pequeno auditório	Bibliotecas maiores requerem uma sala equipada para atividades culturais ou reuniões de grupos da comunidade. Em bibliotecas menores, deve ser definida uma área que possa ser separada, por estantes ou por biombo.
Balcão de empréstimo e/ou informação	Deve estar próximo da recepção, com local para cartões de empréstimo (ou computador) e carrinhos para livros devolvidos. Em bibliotecas pequenas, o balcão de informação integra este balcão, que deve também ter local para arquivamento de material para informativo.
Leitura de periódicos	Alguns usuários, em especial idosos e desempregados, só vêm à biblioteca para leitura do jornal, assim esta área pode também ficar próxima à entrada.

Catálogos e/ou computadores	Área com catálogos (fichários do acervo) ou terminais de consulta devem, sempre que possível, ficar no saguão de acesso às salas de leitura.
Sala da direção	Sua situação ideal é próxima às áreas de maior movimento. Deve ter espaço para arquivar documentos da biblioteca e o serviço de ouvidoria.
Infantil	Localizada o mais perto possível da entrada, deve ficar longe de áreas silenciosas, como área de leitura e de referência. Deve ser o local mais agradável da biblioteca (é na infância que se forma o gosto pela leitura, pela biblioteca e pelo uso de informação). Deve prever espaços para artesanatos, brincadeiras, teatro de fantoches, sistema de som, etc. Alguns autores consideram que esta área deve ocupar até 50% da área total da biblioteca.
Multimeios	Área de uso diferenciado da biblioteca. O uso de fones de ouvido é uma solução quando não se pode ter um isolamento acústico eficiente.
Referência, livros informativos, leitura e pesquisa	Deve ser a área mais silenciosa pois é, essencialmente, uma área de pesquisa. Um espaço mais tolerante a sons deve ser reservado para trabalhos em grupo. Mesas e cadeiras devem ficar separadas do acervo para facilitar a circulação e possibilitar o controle da coleção. Em pequenas bibliotecas, a coleção de história local pode ficar nesta área.
Circulante	Para livros de lazer. Livros de ficção, livros de autoinstrução.
Sala de serviços Internos	Zona restrita aos funcionários onde se realizam atividades administrativas e técnicas. Ocupada normalmente por salas de funcionários, setores de aquisição, processos técnicos, encadernação, depósitos e almoxarifados.
Sanitários e bebedouros	Para o público e funcionários. É de todo conveniente ter sanitários apropriados para a área infantil e deficientes físicos.
Limpeza	Área para material de limpeza. No caso de grandes bibliotecas com limpeza terceirizada é conveniente espaço para o pessoal de limpeza
Circulação e Áreas verdes	Plantas e vasos de plantas.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2010), p.55-57

Buscando uma identidade visual para o projeto, este trabalho se inspira nos moldes de padronização mínima estabelecidos pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação¹⁵ (FDE), propondo características materiais idênticas para as unidades da rede no que diz respeito às cores e sistema construtivo destas.

As especificações de acessibilidade a serem seguidas pelo projeto já se encontram esclarecidas pela NBR 9050. Por fim, as determinações acerca dos desempenhos térmico, acústico e luminoso, além dos cuidados em relação à preservação de acervo têm como base as recomendações contidas nas publicações da Fundação Biblioteca Nacional (2010) e da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (2010).

¹⁵ Instituição que tem como objetivo prover o desenvolvimento da educação pública do Estado de São Paulo com tecnologia, infraestrutura e serviços qualitativos. Atua através de parcerias e ações para garantir a execução das políticas públicas de infraestrutura nas escolas estaduais.

6. REDE “Ler para Pertencer”: MANUAL DE DIRETRIZES

6.1. LOCALIZAÇÃO E TERRENO

Por seu caráter de obra pública, a localização da unidade de biblioteca é condicionada a lotes sob posse de entidades governamentais. Definida essa premissa, deve-se analisar as áreas institucionais disponíveis. A implantação da biblioteca deve ocorrer o mais próximo possível de locais estratégicos para a comunidade que atenderá, o que torna conveniente utilizar-se de áreas comerciais por conta do fluxo pré-existente de pedestres e da proximidade com o transporte público. O terreno escolhido deve ter dimensão o suficiente para dispor de uma área de estacionamento, além de prever espaço para possíveis ampliações futuras.

Definido o terreno, deve-se analisar suas características físicas. Por questões de acessibilidade e segurança, é imprescindível que a edificação seja implantada em um único pavimento. O objetivo é oferecer uma circulação livre, segura e fluída a todos os seus usuários, além de facilitar quaisquer interações por meio do contato visual (seja por necessidade de vigilância dos funcionários, ou pela utilização de linguagem de sinais à distância). Desta forma, qualquer desnível do terreno deverá ser vencido pelo uso de pilotis e, quando necessário, pela instalação de rampas externas (com inclinação máxima de 8,33%) com corrimãos de ambos os lados para o acesso às entradas da edificação. Drenos para águas pluviais devem ser instalados para que não haja acúmulo indevido de água.

Estabelecendo estas condições, o projeto da biblioteca se adequa a seu terreno sem causar impacto ambiental devido à remoção ou adição de terra, excluindo também seu custo de transporte.

Todo o terreno é compreendido como área do projeto, o que torna indispensável a qualificação da área externa à edificação. Esta qualificação pode vir sob a forma de

uma pequena praça voltada a usos lúdicos e de permanência, os quais podem e devem servir como extensão e chamariz aos serviços prestados pela biblioteca.

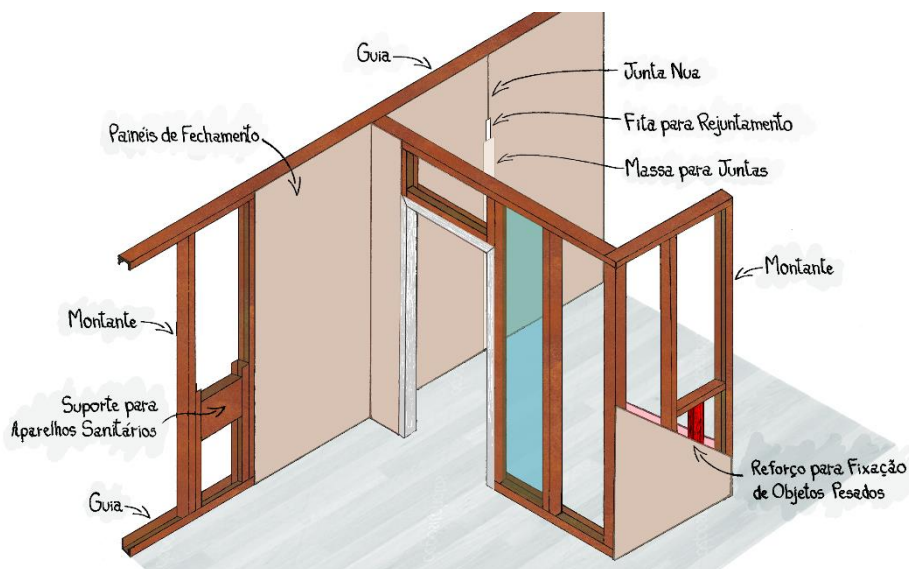
6.2. A EDIFICAÇÃO

6.2.1. Estrutura

Todas as unidades da rede “Ler é Pertencer” devem manter o mesmo padrão visual em relação à estrutura de suas edificações. Tal visual deverá ressaltar a identidade da rede como obra pública e manter uma relação respeitosa com seu entorno, de forma a estimular o senso de pertencimento na comunidade.

A estrutura da unidade deve consistir na utilização do sistema *Light Steel Frame*, altamente prático por sua racionalidade. O sistema é formado por estruturas de perfis de aço galvanizado leve, com vedação feita a partir de placas *drywall* (figura 31).

Figura 31: Sistema construtivo *drywall*



Fonte: Elaborado pela autora (2019). **Base de Dados:** Reinaldo Pinheiro (1999), p.32

O aço utilizado na estrutura da unidade consiste no aço Corten galvanizado, material resistente à ação do tempo e de cor característica acobreada. As vedações externas deverão ser feitas com placas cimentícias, enquanto as internas se utilizarão de drywall com tratamento acústico. Para a vedação dos banheiros, será acrescentado o revestimento com azulejos.

As aberturas de relação interior/externo deverão ser feitas por janelas de correr, que permitem uma abertura rápida com pouco esforço. Em casos de fachadas com alta incidência solar, deverão ser instalados brises soleil metálicos, que além de evitar a incidência solar direta, permitem a circulação de ar e dão qualidades estéticas à edificação. Para ambientes de estudo e acervo, serão utilizadas janelas pivotantes altas, que permitem a circulação de ar sem que haja incidência solar indevida. Desta forma, evitam-se reflexos solares, que são prejudiciais tanto para pessoas de baixa visão quanto para atividades gerais que exigem concentração. Outra vantagem é a conservação do acervo, uma vez que a luz solar é responsável por acelerar o processo de desbotamento de obras.

Deverão ser adotadas aberturas no interior da biblioteca através de janelas de vidro embutidas no drywall. Os vidros devem ser enquadrados em um perfil leve tipo U de alumínio com acabamento Corten e fixados na abertura desejada. Ambas as faces do drywall são previamente preparados com cantoneiras de alumínio em todo o perímetro para garantir o reforço necessário nas quinas do perímetro da janela. Para melhor desempenho acústico, os vidros serão duplos, com uma camada de ar entre os dois.

O piso da edificação deverá ser vinílico. Feito em PVC, é um piso muito indicado para uso em bibliotecas, uma vez que possui ótima absorção de som, temperatura agradável, simplicidade de limpeza e boa resistência. Além destas qualidades para a utilização em bibliotecas, sua qualidade como material antiderrapante o torna ideal para a segurança dos usuários.

Por fim, será adotado o forro modular acústico, por suas qualidades de conforto e pela facilidade de colocação e remoção (necessárias para manutenção de instalações prediais), proporcionada por sua estrutura modular e metálica. O telhado metálico deverá ser escondido por platibandas, que dão continuidade visual ao perfil estético do sistema Light Steel Frame.

6.2.2. Identidade

Buscando manter uma estética que caracterize a rede em qualquer lugar, é determinado que todas as unidades compartilhem o mesmo perfil de materiais e cores em seu sistema estrutural. As demais qualidades arquitetônicas, contudo, ficam a cargo do profissional responsável pela obra. Essa liberdade possibilita que cada unidade personalize a qualificação de seus espaços, com a condição de respeitarem as dimensões mínimas de circulação e mobiliário.

A paleta de cores pré-definida (figura 32) tem como partido as duas cores complementares cobre e azul turquesa. Estruturalmente, o cobre aparece como cor característica do aço Corten, usado no esqueleto da estrutura e em suas esquadrias. O azul turquesa surge como contraponto visual, presente na vidraçaria do edifício. Variações mais claras das duas cores são utilizadas nas vedações, de forma a darem a sensação de amplitude aos espaços.

Figura 32: Paleta de cores padrão para implantação de unidades da rede de bibliotecas “Ler é Pertencer”



Fonte: Elaborado pela autora (2019). **Base de Dados:** Pantone.

6.3. PROGRAMA

O programa da rede “Ler é Pertencer” prevê quatro setores distintos dentro de cada unidade. O fator que determina se todos os espaços serão ou não incluídos no programa da edificação se dá através do diagnóstico individual da área de implantação¹⁶: deve-se identificar se há aparelhos públicos ali presentes que já cumprem determinadas funções, como a de um auditório, por exemplo.

Para o dimensionamento das áreas, deve-se utilizar a modulação de 30cm e cotas de eixo a eixo, optando sempre que possível por soluções compactas de área similar à recomendada pelo IFLA (figura 33). Sempre que possível, deve-se prever um espaço destinado a futura ampliação.

Figura 33: Dimensionamento recomendado

LOCAIS	ÁREA RECOMENDADA (m ²)
Entrada (Balcão de atendimento e guarda-volumes)	25 m ²
Periódicos (estantes e espaço de leitura)	25 m ²
Banheiros	10 m ²
Área Infantil	60 m ²
Auditório	60 m ²
Acervo	56,8 m ²
Leitura individual	42 m ² (15 lugares)
Leitura em grupo	26,88 m ² (por sala)
Infocentro	42m ² (15 lugares)
Administração	20 m ²
Sala dos funcionários	12m ² (3 funcionários)
Multimeios	20 m ²
Cafeteria	25 m ²

Fonte: Elaborado pela autora (2018). **Base de Dados:** IFLA (2010)

¹⁶ No caso de Presidente Prudente, dois dos quatro polos de atuação se enquadram em situações onde o programa não é necessário em sua totalidade, dispensando um auditório em ambos os casos. O polo Vila Operária dispõe de um Centro de Referência da Assistência Social (Cras), o Núcleo Nochete, enquanto o polo Novo Bongiovani possui o Lar dos Meninos, entidade que desenvolve diversos projetos de assistência social.

6.3.1. Setor de recepção

Compreende as áreas de acesso imediato da biblioteca, e é caracterizado pelo nível alto de ruído (quadro 2).

- **Balcão de atendimento:** em posição estratégica entre a entrada e o acervo, é onde se efetuam cadastros, empréstimos e devoluções. Próximo ao balcão, recomenda-se 5 guarda-volumes a cada mil habitantes dentro do raio de influência imediata da biblioteca;
- **Área infantil:** por segurança e controle, deve se localizar próximo à entrada da biblioteca. Lugar mais lúdico da biblioteca, deve abrigar o acervo infanto-juvenil. Recomenda-se 3m² por criança. Por questão de ruído, deve se encontrar em posição diametralmente oposta ao acervo e às áreas de leitura individual da biblioteca;
- **Auditório:** deve dispor de acesso independente, uma vez que possa ser utilizado pela população fora do horário de funcionamento da biblioteca. Por questão de ruído, deve se encontrar em posição diametralmente oposta ao acervo e às áreas de leitura individual da biblioteca. Deve seguir os padrões de acessibilidade do item 8.2 da NBR 9050;
- **Banheiros:** sua quantidade mínima consiste em uma cabine para cada sexo, dois com ergonomia infantil e dois de ergonomia comum. Deve-se acrescentar um sanitário a cada 20 usuários previstos que a biblioteca possa abrigar simultaneamente.

6.3.2. Setor administrativo

Área destinada a todos os aparatos referentes à gestão do edifício público.

- **Secretaria:** lugar reservado a cumprimento de funções administrativas da biblioteca. Deve dispor de uma mesa para possíveis reuniões;
- **Sala dos funcionários:** local destinado ao armazenamento de pertences dos funcionários, prevendo uma mesa para eventual descanso. Até 10 funcionários, recomenda-se 4m² por pessoa.

6.3.3. Setor de livre permanência

Consiste na área da biblioteca destinada a leitura de periódicos e obras com permissão de saída do acervo. Possui atmosfera mais descontraída em relação aos postos de leitura do bloco controlado.

- **Área de Periódicos:** área destinada ao acervo de revistas e jornais. Deve se encontrar próximo à entrada por seu uso recorrente provindo de suas atualizações informativas diárias. Dispõe de mobiliário tradicional destinado à leitura, mas pode comportar meios menos rígidos, como sofás ou pufes;
- **Cafeteria:** de pequeno porte, pode contentar-se com duas máquinas de bebidas e *snacks*. Por conta da produção de resíduos orgânicos, deve manter-se absolutamente distante e isolada do bloco controlado. É desejável um acesso direto ao exterior da edificação, para que se possa descartar o lixo orgânico sem necessidade de conduzi-lo pelos espaços da edificação.

6.3.4. Setor de acesso controlado

Setor mais silencioso da biblioteca, reúne áreas de acesso exclusivo a usuários previamente cadastrados, os quais podem retirar apenas obras específicas para empréstimo. Em bibliotecas com programa máximo, pode incluir um banheiro por sexo;

- **Acervo:** reúne todo o conteúdo impresso da biblioteca, incluindo livros de referência, ficção e não-ficção e livros em braile. Suas dimensões dependem do número de estantes, que deve ser calculado com auxílio das tabelas de relação acervo/habitantes (figura 34) e livros/prateleiras (figura 35). Deve ter pelo menos dois terminais de consulta, mesas para permanência rápida e carrinho de devolução de livros.

Figura 34: Relação acervo/habitantes

População (habitantes)	Acervo (livros)	Relação livro/habitante
3.000	2.500	0,83
5.000	3.000	0,60
10.000	5.000	0,50
20.000	9.000	0,45
30.000	12.000	0,40
40.000	14.000	0,35

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2010), p.65

Figura 35: Relação livro/prateleiras

Típos de obras	%	Nº de exemplares (N)	Capacidade de exemplares por 1m de prateleira (c)	Capacidade de exemplares por 90cm de prateleira (c)	Total de prateleiras (P)*	Total de estantes (E)*
Referência (consulta)	5%	Acervo total x 0,05	25	22	$P = \frac{N}{c}$	$E = \frac{P}{3}$
Infantojuvenil	32%	Acervo total x 0,32	50	45		
Ficção	30%	Acervo total x 0,30	35	31		
Não-Ficção	30%	Acervo total x 0,30	35	31		
Som e Áudio Visual	3%	Acervo total x 0,03	25	22		

* Caso haja decimais no resultado, arredondar para o maior número inteiro

Fonte: Elaborado pela autora (2018). **Base de Dados:** Fundação Biblioteca Nacional (2010)

- **Sala de leitura individual:** Destinada a estudos individuais, deve conter 5 postos individuais de leitura a cada mil habitantes dentro do raio de influência imediata da biblioteca;
- **Salas de estudos em grupo:** Devem ser afastadas da sala de estudos individuais, por serem mais ruidosas. Recomenda-se 1 sala com capacidade de pelo menos 5 ocupantes a cada mil habitantes dentro do raio de influência imediata da biblioteca;
- **Sala Multimeios:** deve ser destinada a todo conteúdo não-impresso disponível, além de abrigar quaisquer dispositivos necessários ao acesso do conteúdo (DVD, leitor de fita cassete, rádio). É ideal que esteja próxima ao Infocentro, onde o conteúdo pode ser utilizado;
- **Infocentro:** sala destinada ao uso dos computadores da biblioteca, sendo recomendado 5 postos individuais a cada mil habitantes dentro do raio de influência imediata da biblioteca. Deve dispor de tecnologias assistivas para acesso universal de conteúdos digitais.

6.4. ACESSIBILIDADE E MOBILIÁRIO

6.4.1. Acessibilidade exterior

A área externa da biblioteca deve dispor de calçadas em bom estado, devidamente niveladas e com rebaixamento antiderrapante para a travessia de cadeiras de rodas. A presença de faixas de pedestres é necessária para a autonomia e segurança dos pedestres, e caso não haja faixas próximas à biblioteca, é possível solicitá-la ao órgão de trânsito com jurisdição sobre o bairro em questão. Recomenda-

se que haja nas proximidades pontos de ônibus, que contribuem para a democratização de acesso ao lugar.

A proporção de vagas necessárias para o estacionamento do local é de 1 vaga a cada 50m² de área construída, com 10% das vagas destinadas a pessoas com necessidades específicas. Essas vagas devem contar com uma faixa de espaço para embarque e desembarque do passageiro. As especificações de todas essas medidas, incluindo o uso de piso tátil e sinalização adequada se encontram descritas na NBR 9050/2015.

6.4.2. Medidas gerais de acessibilidade de interiores

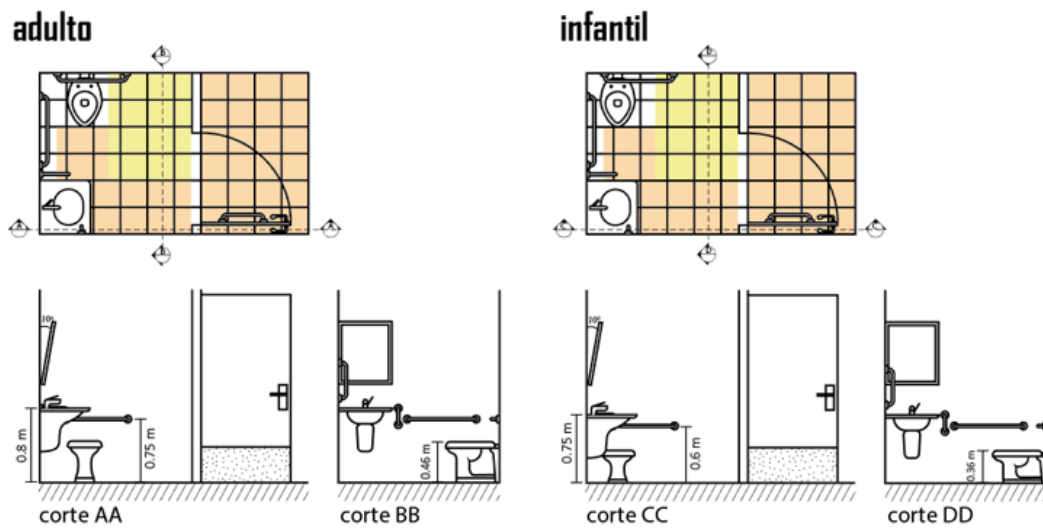
O uso da sinalização no interior da biblioteca é obrigatório e deve atender três propósitos básicos: o direcional, o instrucional e o de alerta. No geral, todos esses propósitos têm por objetivo orientar seus usuários quanto aos serviços prestados pela biblioteca, o que facilita e dinamiza seu funcionamento.

Essa sinalização deve ser utilizada incluindo meios que atinjam usuários com deficiência visual, como pelo uso de piso e placas táteis, além do cuidado com superfícies demasiadamente refletoras, as quais desorientam indivíduos com baixa visão.

Dentre outras medidas básicas adotadas em todo o interior da biblioteca pela NBR 9050/2015, está a padronização das portas internas, as quais devem ser de fácil manipulação, permitir passagem de no mínimo 1h e possuir maçanetas do tipo alavanca, de fácil manuseamento.

Cada biblioteca deve ter ao menos dois conjuntos de sanitários acessíveis divididos por sexo, um para adultos e outro para crianças (figura 36).

Figura 36: Medidas mínimas para cabine de banheiro acessível



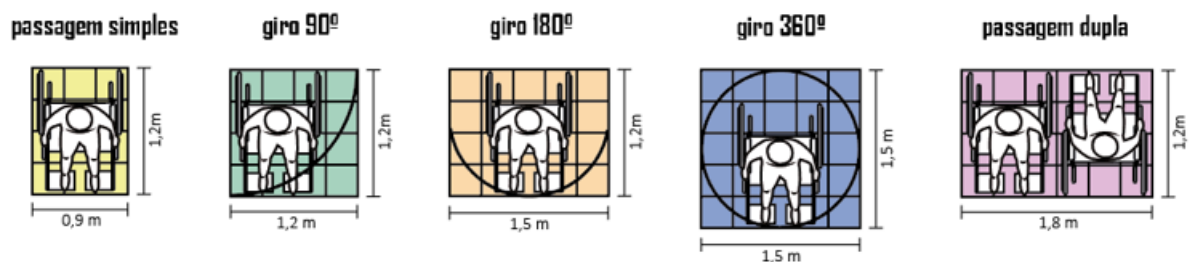
Fonte: Elaborado pela autora (2019). **Base de Dados:** NBR 9050 (2015)

6.4.3. Circulação

Considerando que a situação individual que demanda maior espaço para locomoção e encaixe é o uso de cadeira de rodas, esta acaba sendo utilizada para a obtenção de medidas mínimas de circulação, pois garantido o espaço de deslocamento desta, qualquer outra situação de mobilidade será contemplada.

A figura 37 traz uma classificação por cores em conjunto da utilização da malha de 30cmx30cm que deverá ser utilizada para facilitar o dimensionamento do mobiliário básico.

Figura 37: Dimensões mínimas para circulação



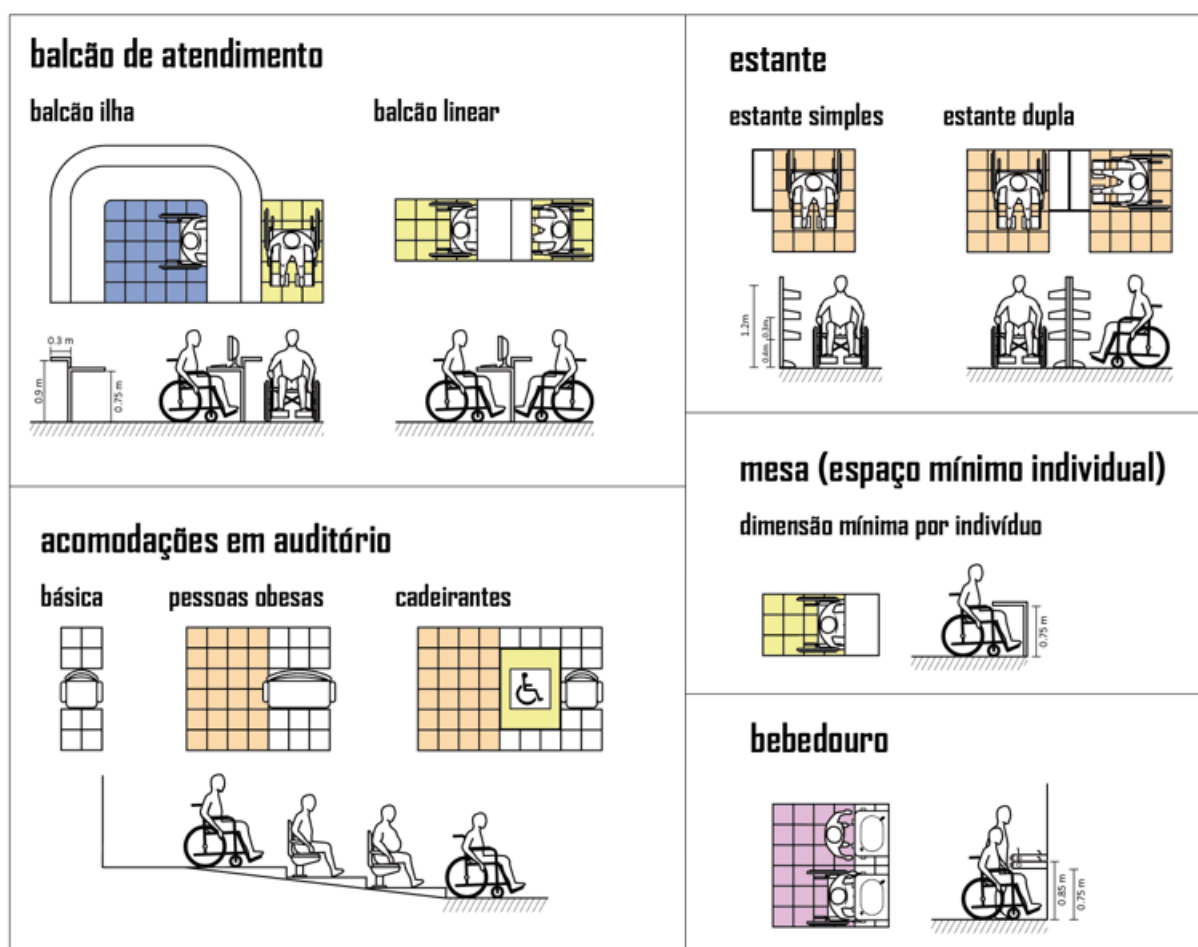
Fonte: Elaborado pela autora (2019). **Base de Dados:** NBR 9050 (2015)

6.4.4. Mobiliário

Para o uso em bibliotecas, certos cuidados devem ser tomados quanto à escolha do mobiliário. Os móveis de aço são ideais por suas qualidades resistentes e duráveis, além de não atraírem pragas.

A figura 38 traz exemplos do mobiliário básico de uma biblioteca, com suas medidas mínimas. É mostrada também a área mínima exigida para o acesso e usabilidade do móvel, a qual é identificada pelo uso das cores correspondentes às da figura 37. A estética do móvel fica por livre escolha dos responsáveis pela implantação da unidade, contanto que sejam confortáveis, ergonômicos e condizentes com as medidas mínimas estabelecidas pela NBR 9050/2015.

Figura 38: Medidas mínimas para cabine de banheiro acessível



Fonte: Elaborado pela autora (2019). Base de Dados: NBR 9050 (2015)

6.5. DESEMPENHOS

6.5.1. Desempenho luminoso

Há dois tipos de iluminação em bibliotecas, a ambiental e a de serviço. Cabe ao projeto de iluminação garantir a setorização de luz necessária para as atividades em cada ambiente, cujos valores são fornecidos pela NBR 5413 (figura 39).

Figura 39: Valores de Iluminância recomendadas

	Iluminância recomendada (lux)
Salas de leitura	300, 500 ou 750
Acervo	200, 300 ou 500
Obras raras	50

Fonte: NBR 5413 (1992)

A luz natural é capaz de deteriorar conteúdos orgânicos, não devendo ser utilizada como iluminação de serviço, principalmente nos locais que abrigam acervo. Uma forma de impedir tal incidência é implantar áreas que abrigam o acervo na fachada sul do projeto, jamais podendo se localizar a oeste.

Janelas com alta incidência de raios solares podem ser protegidas pela utilização de *brises soleil*, além de receberem tratamento com filmes bloqueadores de ação dos raios UV. O uso de tonalidades claras em materiais de acabamento favorece a iluminação de ambientes internos. Os cuidados com a iluminação artificial envolvem o tipo de lâmpada a ser escolhida, no que diz respeito a seus índices de emissão de radiação UV. Se valendo das precauções, a iluminação artificial pode ser associada com a iluminação natural de forma qualitativa para ambientes informais.

6.5.2. Desempenho térmico

A temperatura recomendada para bibliotecas fica entre 20° e 23° C, com velocidade do ar inferior a 0,75 m/s e umidade relativa do ar mínima de 40%. Tal

controle pode ser realizado através de medidas internas, como a instalação de ar-condicionado e desumidificadores, além do uso de termo higrômetros para medir a temperatura e nível de umidade do ambiente.

O controle exterior pode ser feito através de medidas também usadas para o desempenho luminoso. É o caso do sombreamento seletivo com *brises soleil* posicionáveis, do uso de acabamentos com cores claras e da setorização estratégica das áreas da biblioteca, levando em conta a trajetória solar durante o dia/ano. A norma responsável pelo desempenho térmico em edificações é a NBR 15220-3/2005.

6.5.3. Desempenho acústico

Uma biblioteca está sujeita a receber tanto ruídos externos quanto ruídos internos, estes atingindo de 50 a 60 decibéis. A NBR 10152/1987 determina que os níveis de ruído para o conforto acústico no interior das bibliotecas devem se estabilizar entre 35 e 45 decibéis, com exceção das áreas de leitura, que permitem de 30 a 35 decibéis. O nível de ruído exterior aceitável é de 10 a 20 decibéis, de preferência com a mesma distribuição de frequência para não perturbar a leitura.

Dentro destas normas, uma forma de evitar o ruído entre áreas internas da biblioteca consiste no emprego do drywall com tratamento acústico nas vedações verticais, além da utilização de vidros duplos em janelas, com uma camada de ar entre os dois. Recomenda-se obedecer uma hierarquia de ruídos (figura 40) para decidir o zoneamento das instalações da biblioteca, afastando as áreas mais ruidosas das áreas onde o silêncio é necessário.

Figura 40: Hierarquia de ruídos em uma biblioteca

Entrada	Auditório	Espaço infantil	Cafeteria	Videoteca	Infocentro	Leitura em grupo	Leitura individual	Acervo
Conversa	Conversa	Conversa	Conversa	Sons do material audiovisual	Sons de teclado	Conversa moderada	Silêncio	Silêncio
RUÍDO PERMITIDO							RUÍDO PROIBIDO	

Fonte: Elaborado pela autora (2018). **Dados:** Littlefield (2018)

6.6. VEGETAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS

Todo tipo de vegetação deve ser excluído dos ambientes internos da biblioteca. No exterior, é imprescindível que a vegetação existente não esteja nas adjacências da localização do acervo.

Pequenos arbustos são preferíveis a vegetações de maior porte, pela facilidade de manutenção. Caso sejam utilizados, a cobertura do solo deverá ser feita com materiais inorgânicos: o cascalho é uma boa opção por sua duração, sua fácil manutenção e seu desestímulo para a proliferação de pragas. A utilização de arbustos fluorescentes é totalmente vetada, uma vez que atraem pragas como besouros, trazendo riscos ao acervo da biblioteca.

O projeto deve prever uma área afastada do edifício para a colocação dos contêineres de lixo, evitando assim a proximidade com matéria orgânica. Ainda para fins de controle de pragas, a utilização de lâmpadas de sódio de alta pressão é preferível, uma vez que sua iluminação é menos atraente para os insetos.

6.7. SEGURANÇA

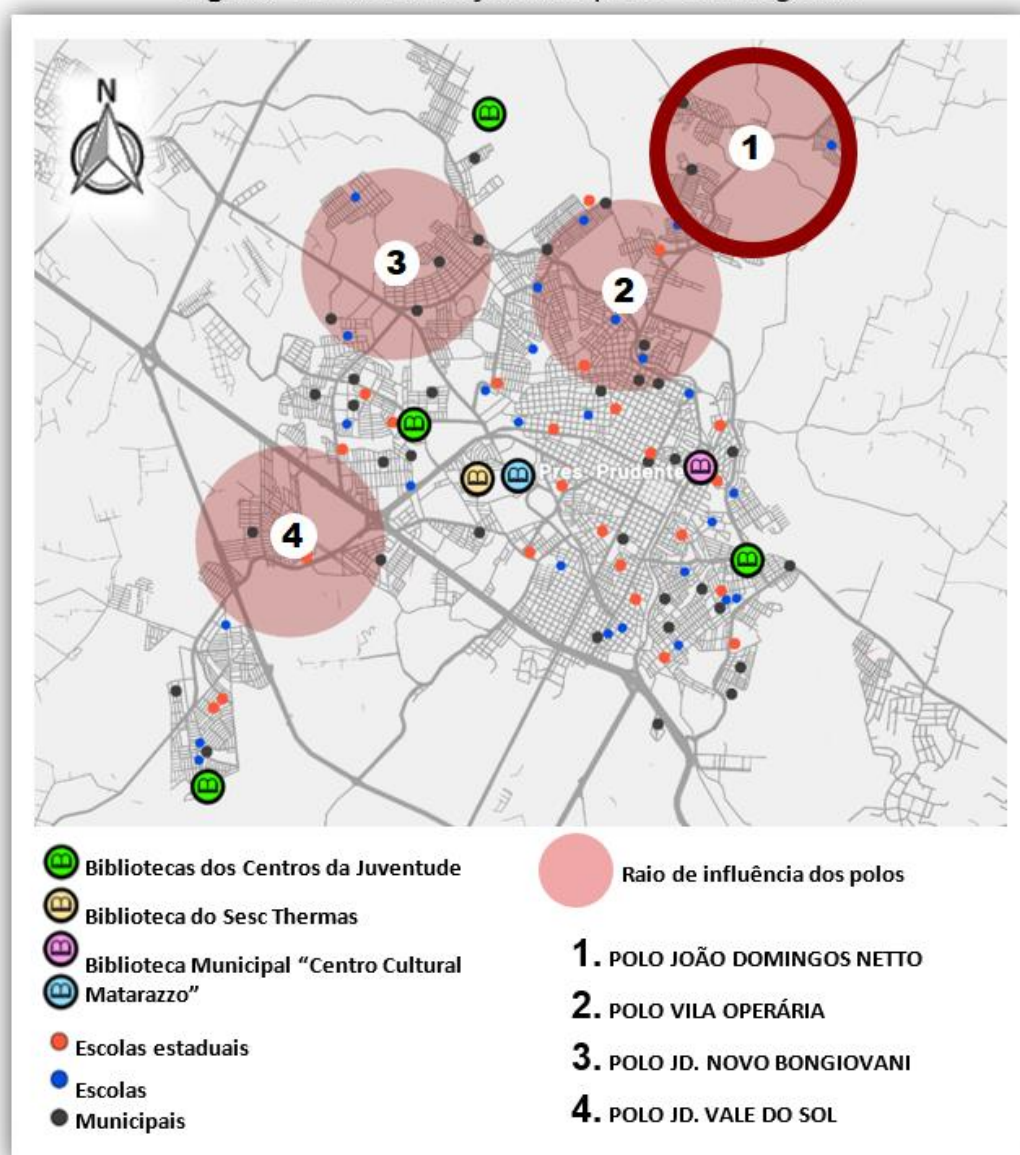
Para a defesa contra incêndios, é de suma importância que sejam seguidas as diretrizes de prevenção e de extinção de incêndio de acordo da NBR 9077/1993, as quais estabelecem medidas acerca da instalação e dimensionamento de saídas de emergência e postos com extintores de incêndio.

Para o uso adequado do sistema de sinalização das saídas de emergência, deve-se consultar a NBR 13434/1995 em conjunto com a NBR 13435/1995.

7. EXEMPLO DE IMPLANTAÇÃO: POLO JOÃO DOMINGOS NETTO

Visando um estudo de implantação, foi selecionado um dos quatro polos de atuação identificados em Presidente Prudente. O escolhido foi o polo João Domingos Netto. O bairro sintetiza todas os problemas característicos da alta exclusão social, se tratando de uma região em expansão e de alta densidade. Ademais, se verificado no mapa da figura 41, trata-se do polo mais distante de todas as bibliotecas pré-existentes de Presidente Prudente.

Figura 41: Identificação dos polos com legenda



Fonte: Elaborado pela autora (2018). **Base de Dados:** My Maps.

Oficialmente inaugurado em 2015, o conjunto habitacional João Domingos Netto possui um total de 6 terrenos destinados como áreas institucionais (Figura 46).

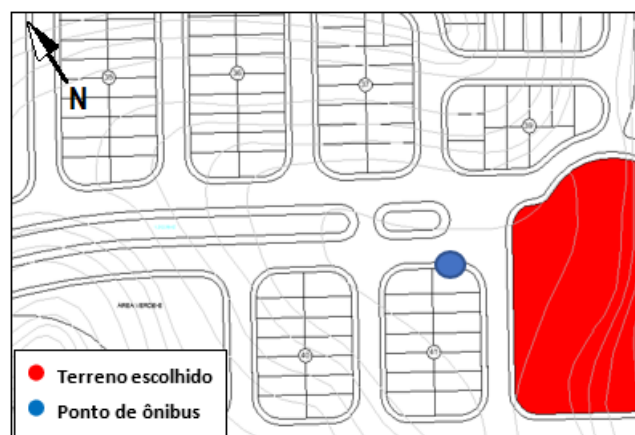
Figura 42: Localização e situação de uso das áreas institucionais do bairro João Domingos Netto



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, editado pela autora (2018)

Das duas opções de áreas institucionais disponíveis, o escolhido foi o terreno tangente à avenida principal (figura 43). Por estar na entrada do bairro, possui maior visibilidade e *status* como ponto de referência. Em azul, na figura abaixo, também foi destacada a presença de um ponto de ônibus, fator que amplia consideravelmente as condições de acesso ao local.

Figura 43: Terreno escolhido para implantação



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, editado pela autora (2018)

As curvas de nível indicam que há desnível, uma visita ao local constatou que já houve uma movimentação de terra significativa (figura 44).

Figura 44: Vista panorâmica do terreno



Fonte: Fotografado pela autora, 2018.

Com uma fachada voltada a oeste e outra voltada a norte, esta segunda foi escolhida para a fachada frontal da biblioteca (figura 45). Assim, o edifício se volta para a principal avenida do bairro. Além disso, evita-se a insolação do lado oeste, a qual só atingirá banheiros – locais de rápida permanência – nesse projeto.

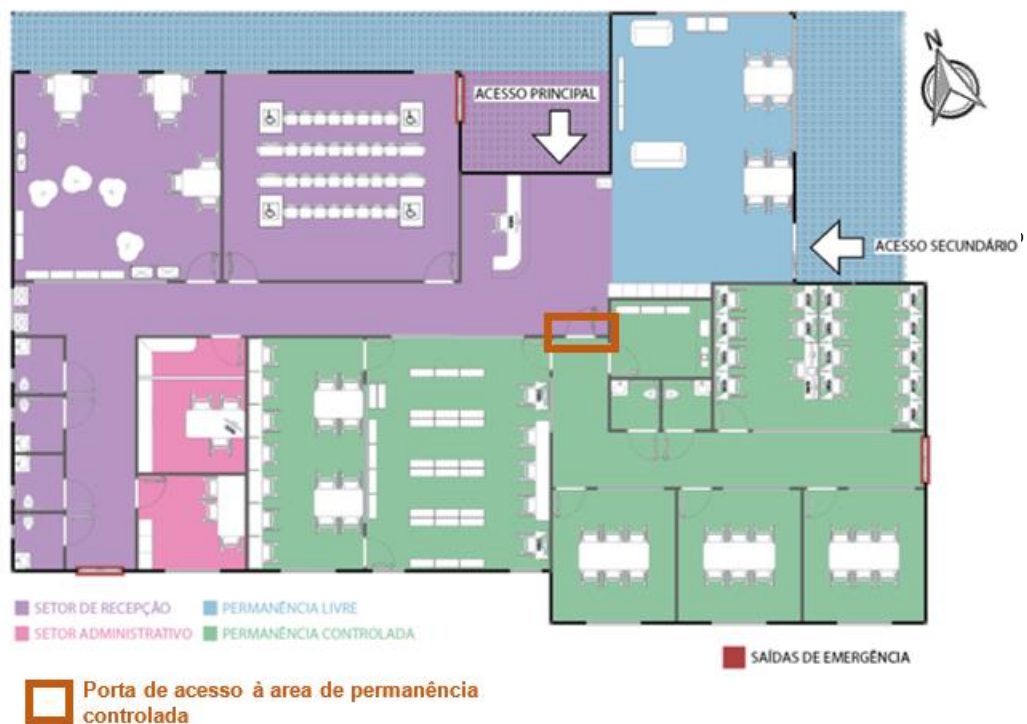
Figura 45: Implantação



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A figura 46 destaca os quatro setores que compõem o programa da unidade: de recepção, administrativo, permanência livre e permanência controlada. O setor de recepção, no caso, abrange recepção (com armários, balcão de atendimento e mapa tátil ao lado da entrada), auditório, área infantil, bebedouros e banheiros, junto com o corredor que os interliga. O setor de permanência livre abrange, além das áreas definidas nas diretrizes, a área externa da edificação, cuja cobertura com pergolado abriga espaços de convivência informais.

Figura 46: Setores da biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A biblioteca dispõe de uma setorização pensada para que as áreas de ruído moderado e os corredores principais servissem de barreira acústica entre as áreas silenciosas e as áreas com ruído permitido (figura 47)

Figura 47: Nível de ruído dos ambientes frequentados pelos usuários



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Toda o espaço da biblioteca buscou seguir à risca as medidas de mobiliário e circulação especificadas nas diretrizes, ao mesmo tempo que não excedeu a área dos espaços recomendadas pelo IFLA. Para visualizar de forma detalhada os espaços de circulação e sua relação com a disposição do mobiliário, foi feito o seguinte mapa (Figura 48)

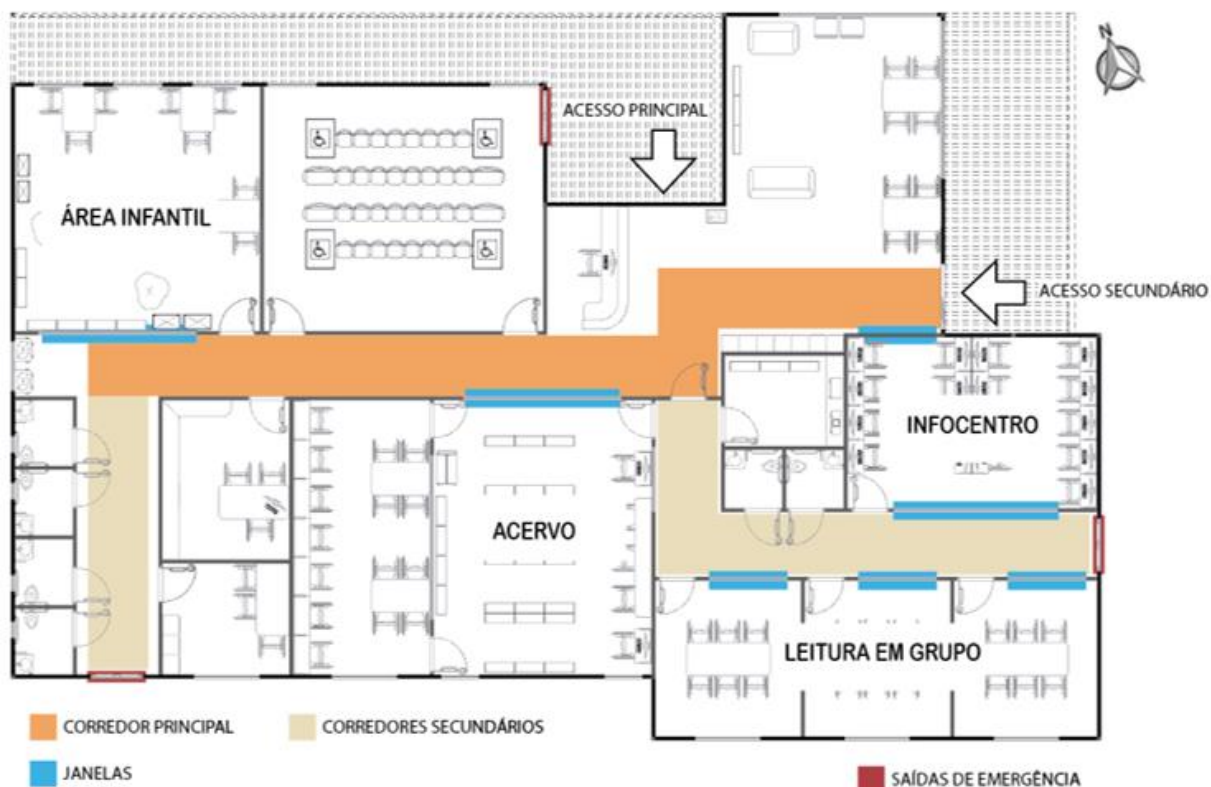
Figura 48: Circulação da biblioteca com legenda



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A relação entre setores é estabelecida de forma visual, através de um corredor principal com janelas para áreas como o espaço infantil, acervo e infocentro (figura 49). O conforto acústico é garantido através da camada de ar entre as duas placas de vidro que compõem as janelas. Além da relação de segurança e controle entre a recepção e o setor restrito, as janelas também cumprem o papel de permitir que haja comunicação por sinais entre os espaços.

Figura 49: Relação visual entre os espaços da biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

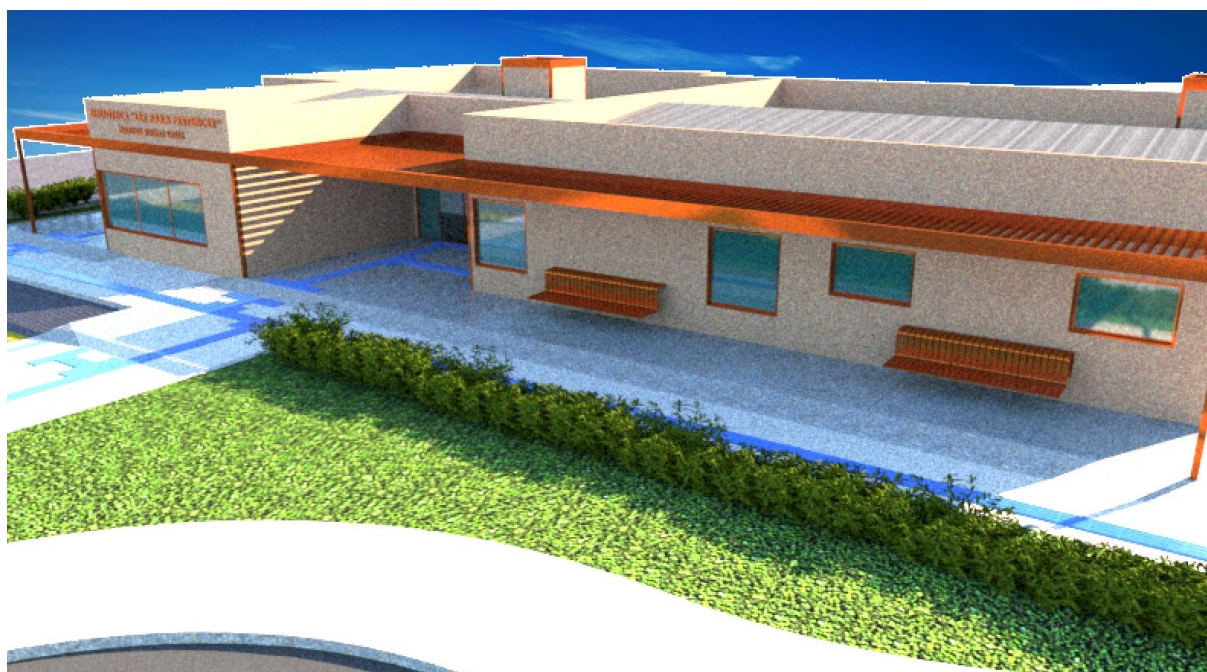
O acervo, como dito na cartilha, fica ao sul da edificação, evitando os raios solares. Na **fachada oeste** se encontram banheiros, que são lugares de rápida permanência, uma janela alta para ventilação do corredor central, além do espaço infantil, cujas aberturas são voltadas ao norte e não sofre a incidência solar da fachada oeste. Além disto, é protegido pelo pergolado da fachada frontal, onde se encontram lugares de permanência informais (Figuras 50 e 51).

Figura 50: Estacionamento e pergolado na fachada frontal do Polo João Domingos



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 51: Espaço de convivência externos



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Nas figuras 52 e 53, temos respectivamente a entrada secundária da biblioteca e a entrada principal.

Figura 52: Acesso secundário à leste da edificação



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 53: Fachada da biblioteca pública “Mateus Rugai Salle”, da unidade da rede Ler para Pertencer do bairro João Domingos Netto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

8. CONCLUSÃO

A diversidade não deve ser entendida como exceção, e sim como regra. Nossas condições individuais são intrínsecas à nossa condição como humanos, e devem ser acolhidas de forma justa e natural perante a sociedade.

A situação atual relativa à inclusão de pessoas com necessidades específicas demanda soluções em várias escalas além da arquitetônica. Esta, porém, pode lhes conceder um espaço favorável para que outras soluções sejam implantadas, ao oferecer o direito básico de acesso espacial qualitativo.

Ainda que haja apenas um exemplo de biblioteca implantada, a intenção da elaboração da cartilha de diretrizes eleva o objetivo deste trabalho a um patamar mais amplo: se a unidade funcionar individualmente, as diretrizes podem proporcionar sua implantação em larga escala e, através do exemplo, trazer um novo olhar sobre o que é inclusão.

9. REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Norma Técnicas – NBR 9058/2004 – **Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos**. 97 páginas

ABNT. Associação Brasileira de Norma Técnicas – NBR 9077/2001 – **Saídas de emergência em edifícios**. 36 páginas

ALMEIDA, Marco Antônio de. **Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos**. Informação e Informação, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191- 214, maio/ago. 2014.

AMARO, Silvana Matos; LESSA, Maria Sílvia Robaina de Sousa. **Biblioteca Acessível**: Rio Grande do Sul: Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, 2009. 23 slides, color.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. ENEIDA BUENO BENEVIDES. (Org.). **Manual de acessibilidade para prédios públicos**: Guia para gestores. [s.l.]: Ministério do Planejamento, 2015. 84 p.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Caderno 2: Construindo uma cidade acessível**. Brasília: [s.n.], 2006

BRASIL, Ministério das Cidades. **Caderno 5: Implantação de sistemas de transporte acessíveis**. Brasília: [s.n.], 2006

BRASIL. Senado Federal. **Lei 12244 de 24 de maio de 2010**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 22, n. 1, 1998.

CAPILLÉ, Cauê. Arquitetura como dispositivo político. **Revista Prumo**, [S.l.], v. 2, n. 3, July 2017. ISSN 2446-7340. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/325>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CEMESPP (Brasil). Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social Para Políticas Públicas. **PRESIDENTE PRUDENTE: EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL**. 2010. Vitor Augusto Luizari Camacho. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.fct.unesp.br:9000/topico/infra-estrutura/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CIVIL, Ministério Da Casa. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 25 jan. 2018.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. **A BIBLIOTECA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS E PROFESSORES DE BIBLIOTECONOMIA**. 2016. 18 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Org.). **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 165 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354580>>. Acesso em: 20 jun. 2018

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2015

MACEDO, Iara Ferreira de. **A ideologia na Biblioteconomia: uma reflexão**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 15, n. 2, p. 210-221, set. 1986

MACE, L. Ronald; HARDIE, J. Graeme; PLACE, P. Jaine. **Accessible Environments: Toward Universal Design**. Disponível em: <https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/ACC%20Environments.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MANIFESTO, D. A. IFLA. **UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2018

MEDEIROS, Luiza Regina; FREDIANI, Baiard Tadeu; DELLA GIUSTINA, Alessandro. **Manual de acessibilidade**. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, [20--]. 63 slides, color.

MILANESI, Luís Augusto. **A biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

NBR 10152. **Níveis de ruído para conforto acústico**. Rio de Janeiro, 2000.

NBR 15220-3. **Desempenho térmico de edificações-parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social**. Rio de Janeiro, 2005.

NBR 16537. **Sinalização tátil no piso: Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro. 2016.

NBR 5413. **Iluminância de Interiores**. Rio de Janeiro, 1992.

Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral das Nações Unidas; 1975.

OSCIP MAIS DIFERENÇAS (Ed.). **Fortalecimento de Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas**: Manual Orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 144 p.

PEÑA GALLEGO, L. E. **Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, (27), 2011. p. 11.

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

RODRÍGUEZ, J. C., VALENCIA, J., & ARIAS, A. V. **Las bibliotecas públicas como escenarios de participación ciudadana e inclusión social**. Rastros Rostros, 15(29), 2013. p. 73 – 81.

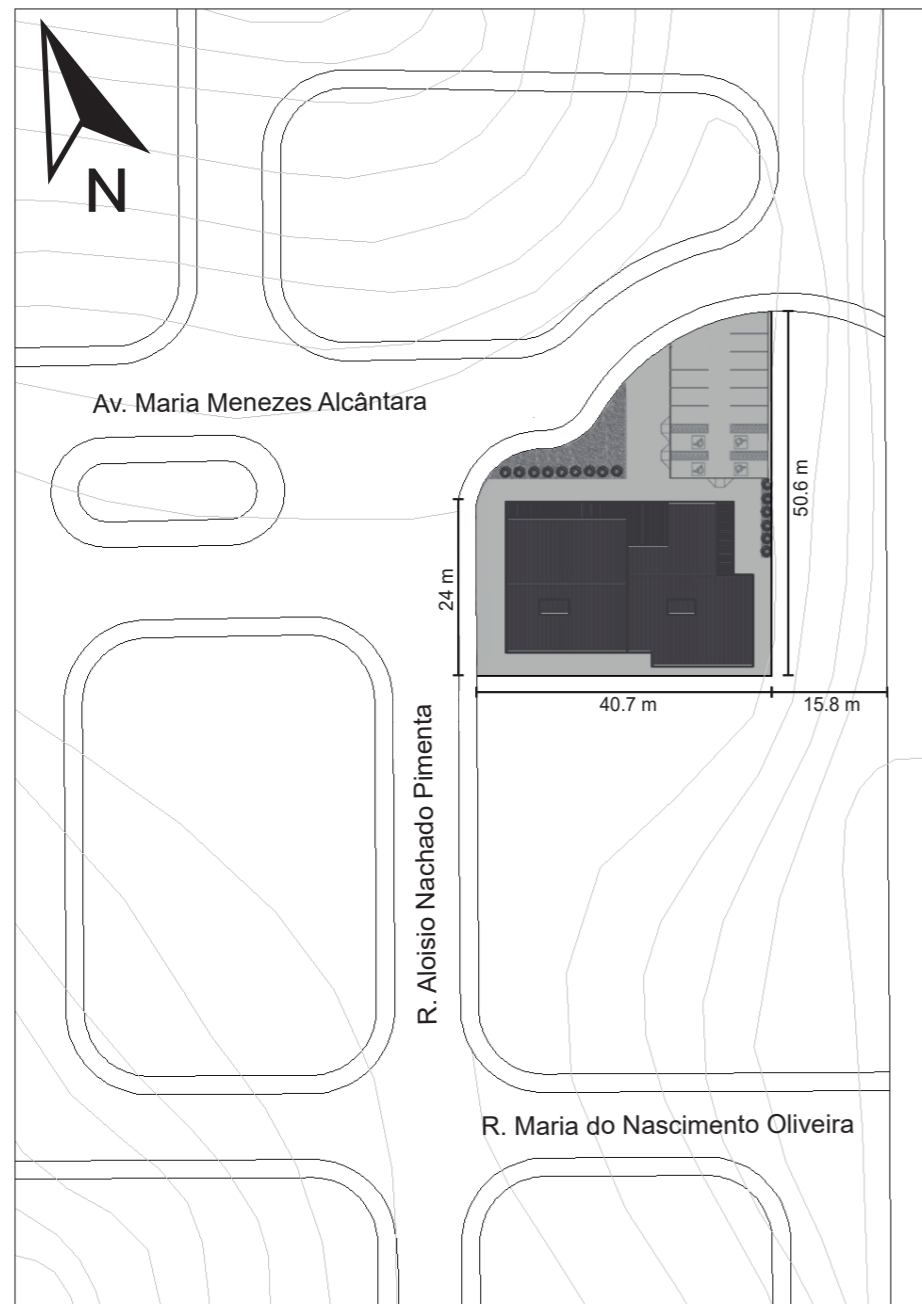
ROMANINI, Anicoli; MARTINS, Marcele Salles. **Projeto de Habitação Social Inclusiva**. 2014. 15 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Meridional, [s. L.], 2014.

RONALDO MACEDO (Presidente Prudente). Secretaria de Cultura de Presidente Prudente. **CENTRO CULTURAL MATARAZZO**. Disponível em: <<http://www.cultura.pp.com.br/index.php/equipamento/centro-cultural-matarazzo/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

VASCONCELOS, Alan. **Design Universal na Prática**. 2017. Disponível em: <<http://igti.com.br/blog/design-universal/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

ANEXO: Biblioteca "Ler é Pertencer" - Unidade João Domingos Netto



PLANTA DE SITUAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E COBERTURA

FCT UNESP Arquitetura e Urbanismo - 2019

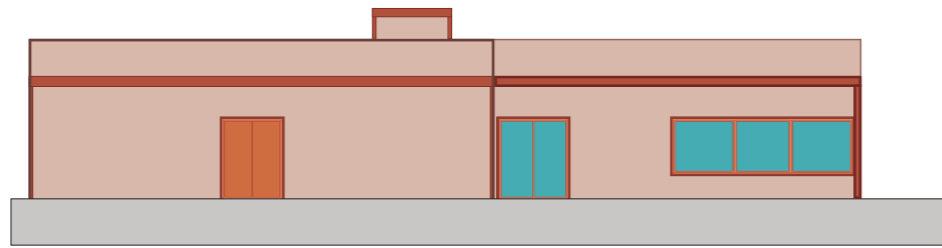
Projeto Final de Graduação

Discente: Nathália Depieri Destro

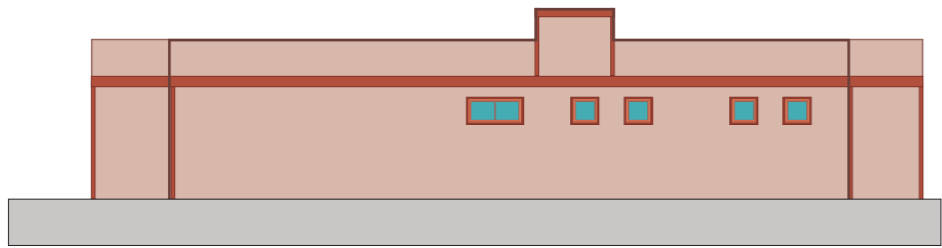
Orientadora: Arlete Francisco

1/3

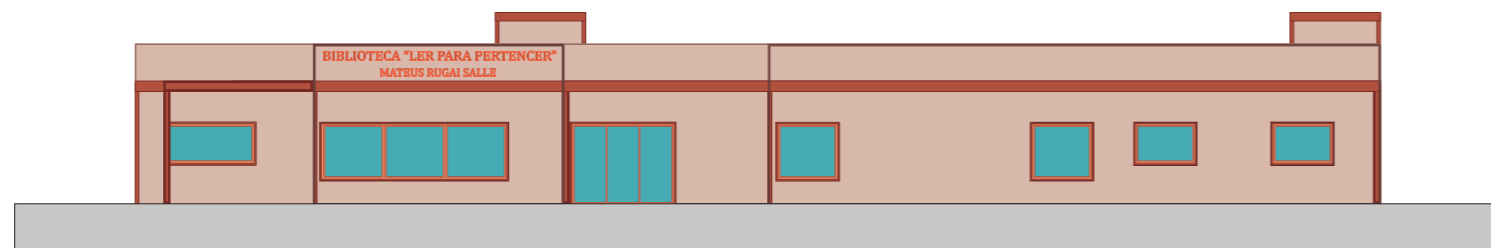
ANEXO: Biblioteca "Ler é Pertencer" - Unidade João Domingos Netto



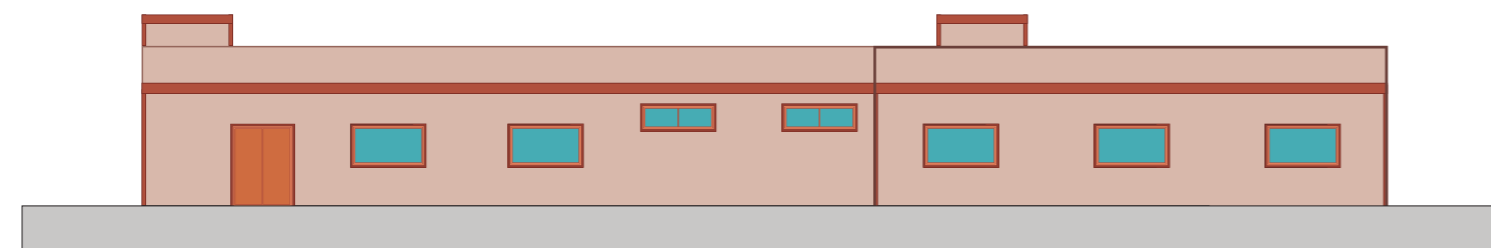
Fachada lateral esquerda
1:200



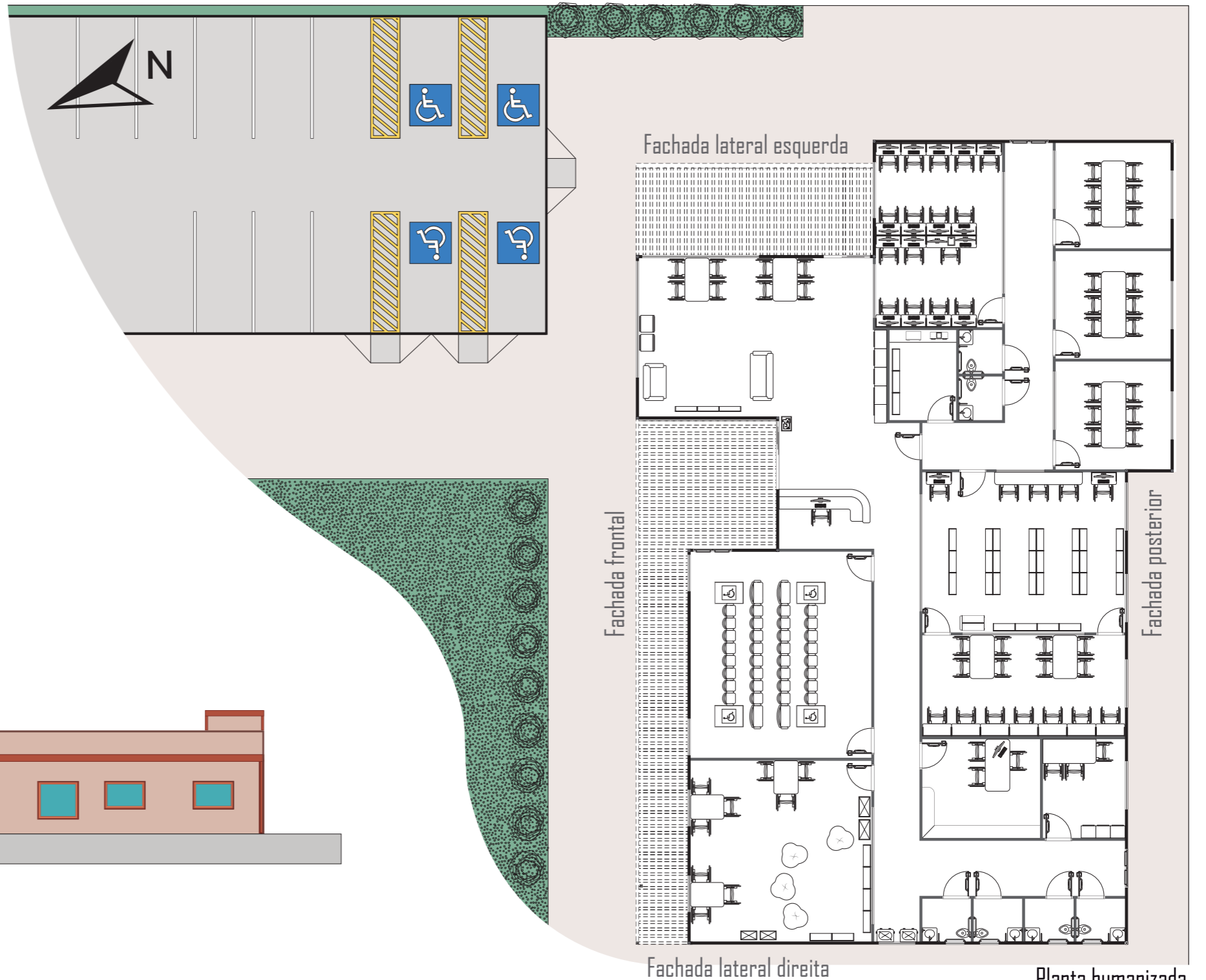
Fachada lateral direita
1:200



Fachada frontal
1:200



Fachada posterior
1:200



Planta humanizada
1:200

FACHADAS E PLANTA HUMANIZADA

FCT UNESP Arquitetura e Urbanismo - 2019

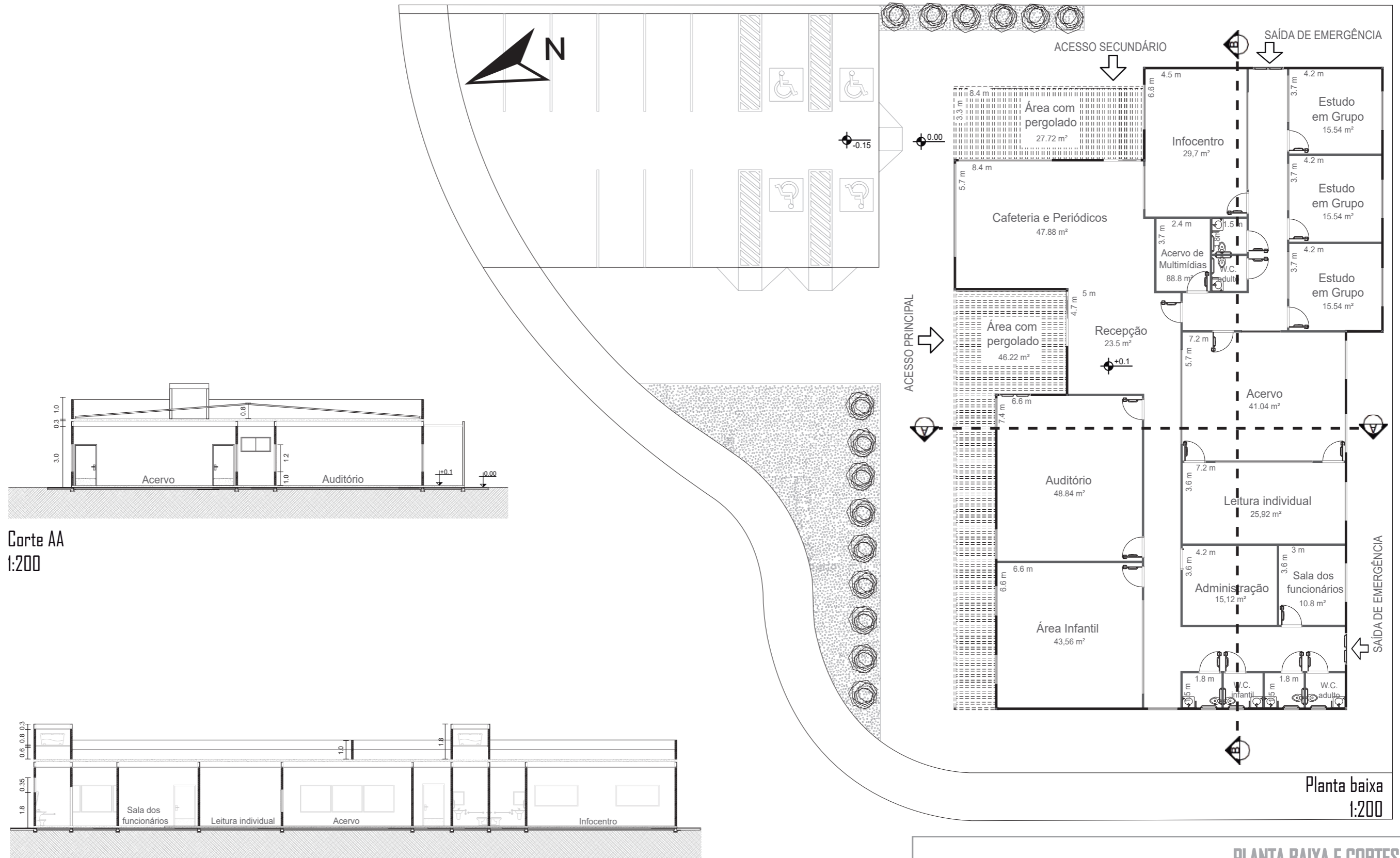
Projeto Final de Graduação

Discente: Nathália Depieri Destro

Orientadora: Arlete Francisco

2/3

ANEXO: Biblioteca "Ler é Pertencer" - Unidade João Domingos Netto



FCT UNESP Arquitetura e Urbanismo - 2019
 Projeto Final de Graduação
 Discente: Nathália Depieri Destro
 Orientadora: Arlete Francisco

3/3